

O NORTE do DISTRITO

QUINZENÁRIO de FIGUEIRÓ DOS VINHOS



Avanço
Proprietário: Dr. Ernesto Lacerda

Órgão nacionalista, defensor dos concelhos do Norte do Distrito de Leiria
Director e Editor: Dr. Joaquim Alves Tomás Morgado

20 de Dezembro de 1966
Chefe da Redacção: Prof. A. Paula Santos

ANO XIV — REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMP. E IMP.: OFFICINAS GRÁFICAS DA MINERVA CENTRAL — FIGUEIRÓ DOS VINHOS — TELEFONE 7 — N.º 333 a 335

Comemorações do 40.º Aniversário da Revolução Nacional — Dia do Concelho

Como estava anelado, realizaram-se no dia 17 do corrente, as cerimónias do «Dia do Concelho» de Figueiró dos Vinhos, integradas nas Comemorações do 40.º Aniversário da Revolução Nacional.

Há tempo que o programa dessas cerimónias se encontrava organizado e fora tornado conhecido. Avaliando bem do alto significado de tais solenidades, nunca supozemos, então, que elas atingissem tão grande brilho e que subissem a tão elevado nível, conforme a todos foi dado constatar no passado dia 17.

E' que, bem se prestava a esse ambiente excepcional, esta terra maravilhosa para quem a natureza foi pródiga e a quem os homens, na sua ânsia louvável, de a prestigiar e engrandecer, têm também dedicado os seus esforços e o mais acrisolado carinho.

Efectivamente, em quarenta anos de grandes realizações, ficou profundamente vincada a colaboração do homem com a natureza na nossa terra.

Ele tem sabido tirar partido dos dons com que o destino a fadou.

E se de lés-a-lés de Portugal, continental e ultramarino, a política sábia do Estado Novo proporcionou progresso e bem estar a terras e gentes, não são as Figueiró que alinham na rectaguarda dessa obra grandiosa e impressionante operada sob a égida desta Política.

A acção foi profundamente

renovadora neste concelho, que hoje comemora o seu dia e podemos afirmar, sem receio de desmentido, estarem satisfeitas elevado número das mais caras e legítimas aspirações dos seus povos. O que há longos anos constituía simples esperança e, para muitos, verdadeira utopia é hoje uma feliz e consoladora realidade.

Queremos dizer, terem as comemorações concelhias atingido significativa relevância, integrando-se condignamente e com justificados motivos, na finalidade alcançada com as comemorações nacionais.

Pois foi neste cenário natural, pleno de luz e de verdade, que se comemoraram os feitos do Governo da Nação e dos seus representantes na nossa terra, durante quatro décadas. A todos, por igual, se deve uma palavra de reconhecimento pelo sacrifício, dedicação e trabalho despendidos em prol do bem comum, que aqui lhes fica publicamente consignada.

Esta palavra de agradecimento, porém, pertence já ao passado porque, com ela, é o passado que desejamos celebrar.

Necessitamos, agora, que os homens de Figueiró que justamente a mereceram, ou os seus continuadores, nos dêem também a sua de que nos ajudarão, com o mesmo entusiasmo, coragem e decisão, a construir o nosso futuro.

Todos, por nossa vez, não seremos de mais para os estimular

e apoiar nesta cruzada de engrandecimento de Figueiró para que, volvidas mais umas décadas, alguns de nós... e os vindouros, possamos celebrar, pelo menos com o mesmo justificado orgulho e igual brilhantismo, uma era de prosperidade e de paz ainda mais fecunda do que aquela vivida até hoje.

Amanheceu claro e enxuto o dia 17 de Dezembro. O sol de inverno sempre preguiçoso para alcançar os pináculos do norte do distrito, decidiu-se desta vez a prestar a sua colaboração, contribuindo com brilho e calor para as luzidas cerimónias que iam decorrer em Figueiró.

E foi assim, com um esplêndido dia de Dezembro, que se cumpriu a primeira cerimónia programada, hasteando-se solenemente no edifício dos Paços do Concelho a Bandeira Nacional, ao mesmo tempo que a Filarmónica Figueirense executava a «Portuguesa» e estalejavam foguetes.

Muitas pessoas se encontravam já na Praça José Malhoa a assistir a este acto, mas o seu número foi subindo à medida que se aproximava a hora da chegada do Ex.mo Governador Civil do Distrito.

Também as entidades convidadas, a pouco e pouco, se foram concentrando, bem como uma formatura da Mocidade Portuguesa, uma deputação dos Bombeiros Voluntários e crianças das escolas primárias.

Eram precisamente 11 horas

quando o Sr. Governador Civil desceu do seu automóvel e foi calorosamente recebido e saudado por todos os presentes, ouvindo-se novamente o estalejar de foguetes, palmas e vivas. Sua Excelência e todos os circunstantes escutaram depois, em silêncio, o hino «Maria da Fonte».

Entraram, então, para o edifício dos Paços do Concelho onde, no Salão nobre, se realizou uma sessão de boas-vindas.

Presidiu a esta sessão o supremo Magistrado do Distrito e ladeavam-no o Meritíssimo Juiz desta comarca e o Sr. Presidente da Câmara, Deputados pelo círculo Drs. Colares Pereira, Ernesto Lacerda, e Fariado dos Santos, Comandante Militar de Leiria, Presidente da Junta Distrital, Rev. Pároco de Figueiró, Delegado do Instituto Nacional de Trabalho, Engenheiro-Director dos Serviços de Urbanização, Engenheiro-Director de Estradas, Delegado de Saúde, Director Escolar, Comandante Distrital da G. N. R. e os Presidentes das Câmaras Municipais de Leiria e Pedrógão Grande, este em representação dos Presidentes dos Munitípios.

O Salão encontrava-se repleto, notando-se a presença de muitas senhoras.

Aberta a sessão tomou a palavra o presidente da edilidade, Sr. Dr. Henrique Vaz Lacerda, para saudar todos os presentes e referir, promenorizadamente, a actividade municipal desenvolvida desde o advento do Estado Novo, até ao presente, no nosso concelho. Fez-lo de improviso e com brilho.

Supomos ter registado, na íntegra, as suas palavras, que salvo qualquer erro ou omissão, a seguir reproduzimos:

Ex.mo Senhor Governador Civil;
Ex.mas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas;
Meus caros Colegas das Câmaras Municipais;
Minhas Senhoras e meus Senhores;

O concelho de Figueiró dos Vinhos tem hoje o raro privilégio de receber dentro dos seus muros as pessoas mais representativas do norte do Distrito.

Honra-se extraordinariamente com o facto e sente-se até envaidecida com tão dignas e tão ilustres presenças. O Presidente da Câmara Municipal do Concelho na sua pobre insigni-

ficância quer neste momento, — A SEGUNDA PÁGINA

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES

9h 30m — Hastear da Bandeira Nacional no edifício dos Paços do Concelho.

11 horas — Recepção ao Ex.mo Governador Civil do distrito e às demais Individualidades que nos visitam, oficialmente

11h 15m — Sessão solene de boas-vindas e alusiva ao 40.º ano da Revolução Nacional, no salão nobre dos Paços do Concelho.

13 horas — Descerramento da lápide que dá o nome «Avenida Heróis do Ultramar» a uma nova artéria da vila de Figueiró dos Vinhos, com homenagem da Câmara Municipal aos munícipes mortos nas Campanhas do Ultramar.

12h 30m — Visita às obras do moderno edifício escolar de 4 salas com Cantina para 8 salas, na vila de Figueiró dos Vinhos (em ultimateção).

12h 45m — Abertura da exposição de fotografias e gráficos, referentes às obras realizadas no Concelho de Figueiró dos Vinhos nos últimos 40 anos.

16 horas — Inauguração do novo caminho municipal dos Mo-ninhos Cimeiros.

17 horas — Inauguração da luz eléctrica em Almofala de Baixo, Almofala de Cima e povoações limítrofes.

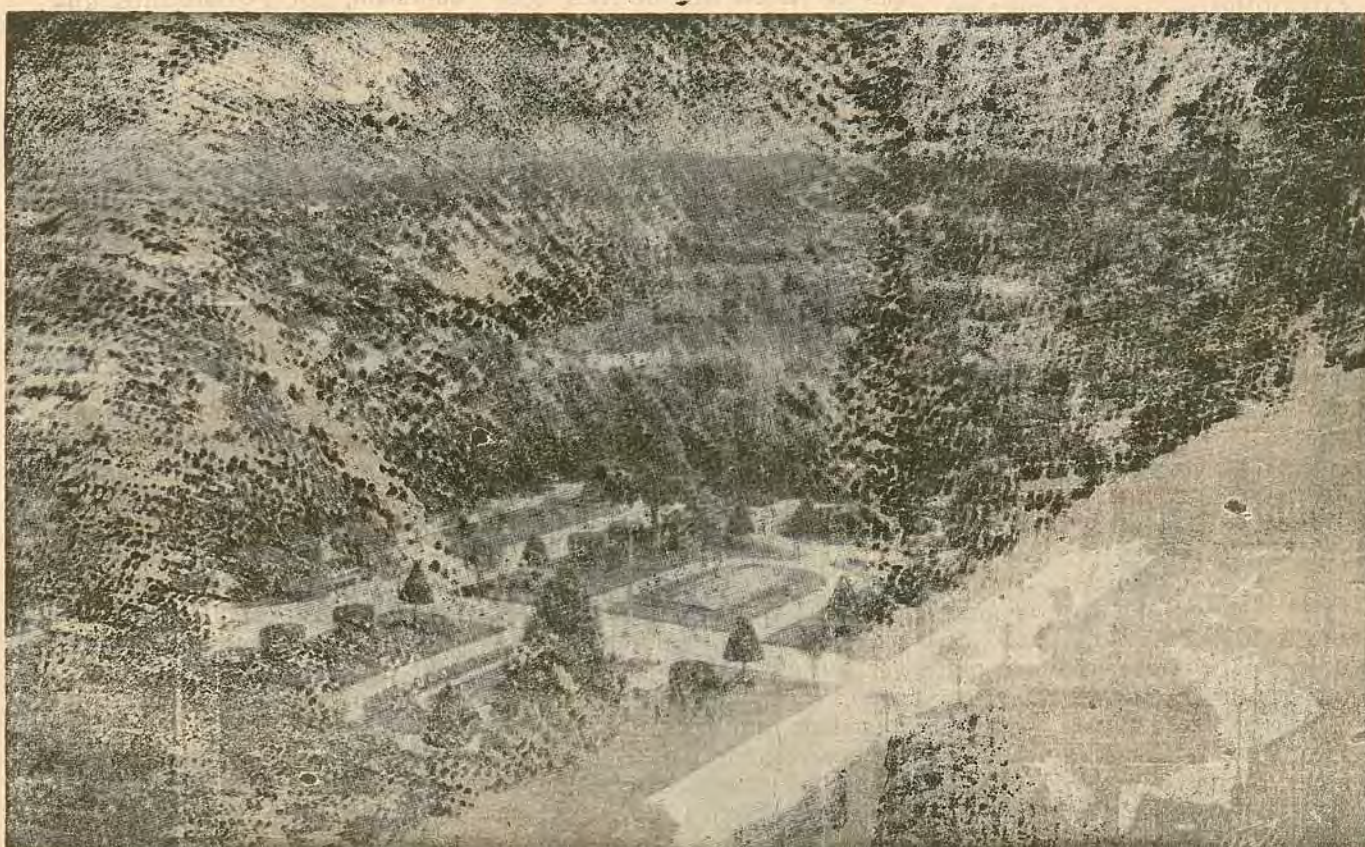
17h 15m — Inauguração do novo Fontanário de Casal Castanheiro.

17h 45m — Inauguração da luz eléctrica da sede da freguesia de Aguda e povoações limítrofes.

Com o presente número de «O Norte do Distrito», que consideramos comemorativo do «Dia do Concelho», integrado nas celebrações de 40.º Aniversário da Revolução Nacional, ficam publicados os exemplares n.ºs 333 a 335.

Motivos imponderáveis não permitiram que o nosso jornal tenha saído com a regularidade que seria para desejar.

Entretanto, estamos crentes que, dentro em breve, tudo voltará à normalidade.



DIA DO CONCELHO

com muito fervor, com muito entusiasmo e com muita sinceridade saudar V. Ex.^a e é natural, é legítimo, é lógico que a primeira saudação vá sem dúvida nenhuma para o primeiro Homem do Distrito, o Senhor Governador Civil. Temos a rara felicidade, Senhoras e Senhores do nosso Distrito ser comandado por um homem que na chefia administrativa da sua circunscrição territorial é talvez como que a continuação da sua vida, do seu comando no seu próprio lar.

Quere isto dizer, Senhoras e Senhores, que é um modelo de virtudes, que é um modelo de qualidades, de predicados que exornam a sua alta e distinta personalidade. Nós, portanto, estamos entusiasmados, envidados por termos no nosso Distrito tão ilustre cidadão.

Senhor Governador: Queira V. Ex.^a receber, por tanto, as melhores saudações e, simultaneamente, os melhores agradecimentos do concelho de Figueiró dos Vinhos pela obra que tem desenvolvido no Distrito e que tem patrocinado neste concelho.

Aos Senhores Deputados, aos Srs. Directores de Serviços, às demais Autoridades, aos ilustres Presidentes de Câmara do Distrito eu desejo ardentemente que sejam bem-vindos à nossa casa e à nossa terra.

Que aqui na intimidade das nossas pessoas e da nossa maneira de ser V. Ex.^a sintam aquele carinho, aquele amor fraterno, aquela dedicação que nós consagramos às pessoas a quem muito queremos.

Por isso, bem-vindos sejam a Figueiró e muito grato pela vossa presença.

Sr. Governador Civil: Tenho também ainda uma palavra a dizer de agradecimento e de saudação às Senhoras de Figueiró e ao povo de Figueiró que aqui se encontram.

Dizer-lhes que nós nesta casa e nesta terra procuramos viver e vivemos concerteza num ambiente de amizade, num ambiente de paz, num ambiente que pode e deve ser apontado como um exemplo.

Eu, saúdo, portanto, todo o povo de Figueiró pelo carinho, pelo entusiasmo e pela dedicação que tem consagrado ao Presidente da Câmara no exercício da sua pesada missão. Ele, pobre dele, não é mais do que um mandatário vosso e procura sempre dentro dos limitados recursos de que é possuído, procura sempre desempenhar a função com a maior dedicação, zelo — não direi competência — mas, pelo menos com a maior boa-vontade.

Pois, minhas Senhoras, nós estamos-lhes muito grato pela vossa presença que veio trazer uma nota de distinção, uma nota de ternura, uma nota de simpatia, diria mesmo cativante a esta sessão.

E eu não esqueço que não é só nas horas de euforia que vos tenho a meu lado. Eu tenho a consciência, de V. Ex.^{as}, nas horas de amargura, nas horas de intranquilidade, nas horas de calamidade, terem sido sempre o exemplo — da mulher portuguesa acarinhando as populações flageladas, as populações martirizadas tantas vezes, socorrendo-as, dando-lhes aquilo que elas carecem amparo moral, o amparo material, prodigalizando-lhes todos os carinhos e todas as benesses.

Minhas Senhoras estou-vos muito grato por tudo e aproveito

esta oportunidade para fazer este agradecimento público a V. Ex.^{as}.

Senhor Governador Civil: Estamos aqui a dentro daquele programa que V. Ex.^a tão sabiamente, com tanto critério dirigiu e orientou para o nosso Distrito. Estamos a cumprir uma das últimas etapas desse programa.

Ora, esse programa, como V. Ex.^a sabe está publicado, compõe-se de homenagens simbólicas, dumas inaugurações efectivas, mas eu quero, acrescer e informar V. Ex.^a que aos actos que constam do programa impresso, há um outro por especial deferência da Direcção de Estradas.

Vamos aproveitar também a oportunidade, para além dessas obras, e desses actos que aí estão consignados, fazer a inauguração da Estrada Nacional n.º 350, no troço compreendido entre Figueiró dos Vinhos e a Ponte de Arega. Deve-se essa gentileza ao Sr. Director de Estradas para quem vão os meus agradecimentos.

Senhor Governador Civil: Não era a mim que competia, neste momento, falar sobre a Revolução Nacional e a sua expressão no nosso Concelho.

Orador local mais consagrado, orador muito laureado dentro dos limites do nosso Concelho tinha sido escalado para o efeito, mas não foi possível remover os obstáculos que o impediam de o fazer.

Por isso, eu que cheguei a escrever ontem umas palavras para dizer hoje, creio que não me vou orientar por elas e vou deixar falar o coração, vou deixar falar a minha alma, dizendo aquilo que penso e sei — e pouco sei — sobre esta cruzada que se celebra jubilosamente.

Na verdade quis o Governo — e bem — consagrar neste ano jubileoso de 1966 os 40 anos da sua actividade administrativa, da sua actividade na gerência dos destinos da Pátria.

Eu creio que o Governo da Nação tem pleno jus à consagração que os Portugueses d'aquém e d'além mar, de todo o território nacional estão a promover em ordem, sobretudo, a levar ao Governo e aos dirigentes do País o voto de confiança, o voto de louvor e o voto de gratidão, que creio estará na alma de todos.

Há, efectivamente, nesses 40 Anos um conjunto de realizações e obras de carácter espiritual e material que se impõem e que não são as avalanches nem os flagelos da História que nos atormentam, que conseguem detê-lo. Mas, Senhor Governador, eu estou aqui para falar, sobretudo, do que foi a obra do Estado Novo neste Concelho. E aí, sim, terei de me socorrer de certos elementos para vos dizer o que foram os últimos 40 Anos no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Claro que não seria — já o disse — eu a pessoa mais indicada. Primeiro, porque a minha actividade administrativa é, relativamente, recente. Segundo, porque já o tenho dito e redito, eu não sou, nunca fui e estou convencido que nunca serei propriamente um político. E isso competiria dizê-lo um político. E em terceiro lugar, porque sinto que me falta o engenho e a arte para poder historiar a V. Ex.^{as} aquilo que de grande aqui se fez, que é como um continuado de tudo o que se fez pelo País.

Portanto, Senhoras e Senhores, eu limito-me a ler umas nótulas que aqui tenho:

Em estradas e caminhos municipais, investiram-se 4154 214\$90.

Fizeram-se, no tempo do Dr. Simões Barreiros, se não estou em erro, as estradas municipais de Campelo, Aguda e do Vale de Aveleira (Arega) e ainda a estrada de Chimpeles.

Fizeram-se depois a da Ponte de Arega à Arega, o caminho do Vale do Rio, do Carapinhal, de Chimpeles a Moninhos, da Ribeira Velha e do Cabeço do Peão, todos estes últimos alcatroados.

Encontram-se projectados e um participado alguns outros caminhos e com praça marcada o das Cabeças. Trata-se dos caminhos das Molhas, Braçais, Bairro (em elaboração) e de Aldeia a Chimpeles (elaborado).

Seja-me, até, lícito dizer que neste troço de estrada que vamos percorrer de Aldeia a Chimpeles, cerca de 3 quilómetros e meio, se encontra em mau estado e para V. Ex.^{as} poderem avaliar (aqueles que o não sabem) o valor extraordinário dos últimos tempos, merço do custo da mão de obra e dos materiais, esse caminho de 3 quilómetros e meio, custa 999 800\$00, o que noutro tempo custaria cerca de metade.

Fontes públicas nos meios rurais: Gastaram-se de 1947, até ao momento 1000 contos.

Fizeram-se os abastecimentos de água a Aguda, ao Fato, a Alge, ao Bairro e neste ano jubileoso do 40.º Aniversário da Revolução Nacional, fizeram-se 38 novos fontenários nos meios rurais.

Pontes: 458 contos. Levantaram-se as pontes de Chimpeles e outras pontes pequenas.

Arruamentos urbanos: 645 contos.

Edifícios Municipais: 393 contos (despesas de restauração dos Paços do Concelho).

Mercados: 130 contos (reporta-se à construção e reparações no Mercado do Peixe).

Edifícios escolares: 2682 contos. Cumpriu-se todo o «Plano dos Centenários», fez-se uma escola do tipo «Raul Lino» e está no momento a construir-se uma escola de 4 salas com cantina para 8 salas.

Edifícios escolares secundários: 867 contos ou seja o edifício da Escola Secundária Municipal e os arruamentos envolventes, o que é muito significativo.

Seja-me, até, lícito dizer que essa obra é de uma projecção extraordinária para o Concelho. É o fulcro que impulsiona o espírito da nossa mocidade, que o educa, que o ilustra e que o prepara, tornando-o mais apto a enfrentar a vida.

Saneamento: 932 contos.

Esta obra está em curso, quasi concluída, e será inaugurada no próximo ano.

Distribuição domiciliária de águas: 1363 contos. Está a processar-se neste momento a remodelação total da rede de distribuição e de todos os ramais de ligação.

Restauro e erecção de Monumentos: 186 contos.

Parque, jardins e campo de jogos: 208 contos.

É certo que neste capítulo existem gastos no período anterior a 1936 que são o custo do nosso maravilhoso jardim e que foi obra do Dr. Simões Barreiros.

Bairro para classes pobres: Fizeram-se no tempo do Dr. Simões Barreiros e do Dr. Alves Tomaz Morgado, e atingiram o montante 657 contos.

Electrificação urbana: De 1960 até ao presente gastaram-se na electrificação urbana 1410 contos. Incluiu-se nesta verba do resgate da concessão de distribuição e produção de energia eléctrica.

Electrificação rural: Só no presente ano, e só hoje, nós fazemos neste Concelho o arranque da electrificação rural.

Razões de ordem vária e sobretudo a existência duma concessão que data de 1928 ou 1929 e que então representava um privilégio para o Concelho, porque foi umas das primeiras electrificações dos meios rurais, essa concessão fez retardar, por causa do termo do respectivo contracto, a obra de electrificação rural. E fê-lo porque os termos desse contracto não permitiam, não possibilitavam, a reversão dos valores que o Estado investisse em electrificações de novo para o Estado no termo do contracto. Daí que tivesse de ser resgatado, o que efectivamente se fez por meios pacíficos após laborioso processo que se prolongou por uns quatro anos.

Ora vamos então hoje dar o arranque na electrificação rural, fazendo a inauguração das obras de electrificação da freguesia de Aguda, onde se despenderam até este momento 597 contos.

Reconstrução do Vale do Rio: Nesta obra maravilhosa que V. Ex.^{as} conhecem e a cuja inauguração assistiram, despenderam-se 1634 contos.

Quere dizer: Em investimentos no Concelho, nestes últimos 30 anos, e em obras novas nós temos 168 561 contos. Esta verba que parece reduzida na sua expressão numérica, é extraordinariamente grande pelo que trouxe de benefício ao Concelho.

No entanto se muito se fez já, há muito, mas muito mais para se fazer e espera-se no próximo ano prosseguir essa obra de melhoramentos no Concelho.

Temos concluída a rede de saneamento da vila com a construção do emissário e a estação depuradora, aguardando apenas as ligações domiciliárias.

Temos a remodelação total da rede de distribuição de águas aguardando apenas também, o que não é possível fazer nesta altura, as ligações domiciliárias.

Temos o novo edifício escolar de 4 salas com cantina anexa para 8 salas em vias de conclusão; o caminho municipal das Cabeças com praça marcada para o dia 26 deste mês; a electrificação de Aldeia Ana de Avis, com a praça designada para o mesmo dia; a remodelação da rede de distribuição de energia eléctrica da vila, com 2 novos PT em curso; e uma obra também que vai contribuir extraordinariamente para o desenvolvimento turístico da região — o Posto Aquícola de Campelo a fazer no próximo ano pelos Serviços Florestais. Quere dizer, a concessão ou reserva de pesca à truta que ali existe, passará a ser um ponto de atracção turística de todos aqueles que se dedicam à pesca desportiva.

E temos finalmente, no próximo ano, o início de obras de construção do novo edifício da Caixa Geral de Depósitos.

Posto isto minhas Senhoras e meus Senhores, eu quero, e uma vez que estamos a falar do passado, fazer um apelo à nossa mocidade, um apelo aos homens de boa-vontade para que o nosso futuro, não obstante tudo e tanta indisciplina que campeia por esse Mundo, não obstante o

ódio gerado e a luta que travamos e todos os factores desagradáveis que dominam e avassalam, que enlutam e entristecem o Mundo, para que construa o seu futuro com base naquilo que lhe ensinam no lar, com base naquilo que lhe ensinam na Escola, para que os rapazes de amanhã sejam mais dignos, sejam perfeitamente dignos do papel que na civilização portuguesa e na civilização do Mundo lhes incumbe. Que sejam os verdadeiros homens de amanhã, que saibam desfaldar a bandeira da Pátria, defendê-la, protegê-la, louvá-la e cantá-la como um hino, com o entusiasmo próprio da Mocidade.

Quero também daqui e na pessoa de V. Ex.^a, Senhor Governador, dirigir ao Governo da Nação os agradecimentos por tudo o que se tem feito neste Concelho. Quero dizer-lhe que Figueiró se confessa muito agradecida e pedir-lhe, se possível, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República o agrado com que o recebemos aqui, a simpatia extraordinária desse dia memorável de 24 de Outubro de 1964, em que tivemos o privilégio inesquecível de o receber na nossa Terra.

Quero finalmente, Senhoras e Senhores, dizer-vos que temos necessidade efectiva de continuar unidos para que aqueles que lutam, aqueles que sofrem e morrem e caem, tombam, sangram pela Pátria nas plagas africanas, sintam que nós, cá por trás, na retaguarda os amparamos e olhamos pelos seus e estamos com eles, estamos com Portugal!

Viva Portugal!

Com uma demorada ovação se apagaram as últimas palavras do Sr. Presidente da Câmara.

A encerrar a sessão, que decorreu em nível bastante elevado, falou com a desenvoltura e simplicidade que lhe são peculiares o Sr. Governador Civil, para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara as elogiosas palavras que lhe tinha dirigido, dizendo em certo passo: eu tinha medo que, realmente, me chegasse o convencer que possuía os méritos que V. Ex.^a e todos os seus colegas têm tido a generosidade e a simpatia de me atribuir.

O homem é de carne, é humano e muitas vezes deixa-se vencer, deixa-se possuir por tantas gentilezas com que o cumulam, por pensamentos que talvez não correspondam àquilo que ele na verdade sente que é

— À TERCEIRA PAGINA

MISSÃO CUMPRIDA

No dia 4 de Novembro último regressou à Metrópole vindo de Moçambique, onde esteve a prestar serviço militar, o nosso conterrâneo Sr. Tenente-Miliciano Mário Valente Marques, filho da Sr.^a D. Magna Aurora Valente e do Sr. Joaquim Fouto Marques conceituado comerciante em Lisboa e nosso prezado assinante.

Tivemos conhecimento que este valoroso oficial do nosso Exército, por actos praticados em campanha, foi louvado e condecorado, e que muito nos apraz registrar.

Felicitemo-lo, vivamente, pelas distinções alcançadas, e apresentamos-lhe os nossos cumprimentos de boas-vindas.

DIA DO CONCELHO

Mas de qualquer modo, Sr. Presidente, uma coisa disse V. Ex.^a de verdade nas verdades — e foram muitas — que disse aqui: de qualquer modo o mérito que V. Ex.^a me atribuiu — e esse penso que o tenho — é de me ter dado inteiramente a este Distrito, de tudo ter feito nestes quase já longos anos que estou à frente desta querida parcela de Portugal, de tudo ter feito pela união do nosso Distrito, pelo progresso do mesmo, entregando-me totalmente, não a um concelho, mas a todos. Por isso lhe agradeço as palavras generosas, as palavras simpáticas, que me quis dirigir e que só tomo na medida em que elas na verdade são a justa medida daquilo que valho e que sou e daquilo que tenho podido fazer.

E depois de fazer o elogio dos homens que estiveram à frente dos destinos deste concelho e da sua obra, durante os últimos quarenta anos e de referir o elevado ambiente em que vêm

decorrendo, no Distrito, as Comemorações, aludiu ao momentoso problema que estamos a enfrentar nas províncias ultramarinas, terminando o seu discurso com palavras de incitamento à união de todos os portugueses e de fé nos destinos da Pátria.

Uma calorosa salva de palmas coroou os últimos dizeres do Sr. Governador Civil, ouvindo-se ao mesmo tempo, muitas vivas ao Sr. presidente da República e do Concelho, e ao governo, tendo a sessão encerrada no meio do maior entusiasmo.

O Sr. Governador Civil, acompanhado por todas as entidades civis e militares e por muito povo, dirigiu-se, depois, para a Praça do Brasil, a fim de ali se prestar homenagem aos soldados do concelho mortos em defesa da Pátria, em terras de além-mar, com o descerramento de uma lápide que designa por «Avenida Heróis do Ultramar» o primeiro troço da E. N. n.º 350 que

daquela Praça conduz à Ponte de Arega, troço inaugurado, hoje, após esta cerimónia.

A homenagem justamente prestada à memória dos militares do concelho caídos no campo da honra, constituiu uma cerimónia impressionante e de profundo sentimento patriótico.

No meio de religioso silêncio, o Sr. Presidente da Câmara fez a chamada dos valorosos soldados, ao mesmo tempo que o Sr.

que em primeiro lugar lhe foi dirigido, cortou a fita simbólica considerando-se inaugurada a maravilhosa estrada que, durante muitos e muitos anos, foi o sonho dos povos que hoje serve, principalmente dos da freguesia de Arega.

Finda esta cerimónia, o Sr. Governador Civil, sempre acompanhado pelas entidades civis e militares e por muito povo, dirigiu-se para «Avenida Sala-

neis expostos evidenciando-se, entre elas, a da aldeia do Vale do Rio.

Artista de rara sensibilidade, já não nos surpreendeu o seu trabalho, mas aqui lhe deixamos uma palavra de gratidão pelo que fez em favor do prestígio de Figueiró.

Apos o almoço de homenagem aos ilustres visitantes, que se realizou no Ginásio da Escola Secundária, um numeroso cortejo de automóveis dirigia-se às povoações dos Moninhos Cimeiros, onde ia proceder-se à inauguração do caminho municipal que, do lugar de Chimpeles lhes dá acesso.

Para descrever o ambiente em que foram recebidos, naqueles recônditos povoados da freguesia de Aguda, os Srs. Governador Civil, Presidente da Câmara e demais entidades, é preciso dizer que os seus habitantes, desde tempos ignorados, estiveram isolados do mundo e que só agora viram rasgados os frangidos que os envolviam e lançada sobre a Ribeira d'Alga a magnífica ponte que os liberta do ostracismo de antanho.

Foi pois com desusada alegria e com requintes de delírio, que aquela gente dos Moninhos recebeu as autoridades distritais e concelhias.

Mais serenados os ânimos, o Sr. Manuel Silveira representando o povo daqueles lugares, em palavras singelas mas sentidas, agradeceu ao Sr. Governador Civil a sua vinda ali e também o grande melhoramento que o Governo de Salazar lhes tinha proporcionado e que, desde tempos imemoriais, era a sua maior aspiração.

O Sr. Governador, agradeceu por sua vez, aquelas palavras e chamou a atenção de todos para que fossem reconhecidos e dedicados ao Governo que lhes pode trazer factos tão decisivos à elevação do seu nível de vida.

Terminou desejando as maiores prosperidades e o melhor bem-estar aos povos daquela região.

Voltaram a desencadear-se manifestações de alegria, com palmas e vivas, enquanto subiam ao ar numerosos foguetes.

Foi no meio desta justificada euforia que o Sr. Governador Civil e comitiva, jizeram as suas despedidas, retomando os seus automóveis em direcção de Aguda.

Aguda viveu no passado dia 17, um dos momentos mais altos da sua existência!

E se perdeu, quem sabe se pela incúria dos seus homens, se pelos chamados ventos da história, as prerogativas que no passado possuía e o pelourinho erecto no seu largo principal claramente testemunha, transpondo as portas de uma decadência que nunca mais venceu, teve nesse dia o vislumbre da maior esperança para se libertar do fatalismo que, a pouco e pouco, apodreceu todos os seus fulcros de desenvolvimento e progresso.

Esse fluido maravilhoso, contido e disciplinado pelo homem, que hoje cruza em muitas direcções, o céu da freguesia de Aguda e desce como um mandá às suas casas, às suas actividades agrícolas e industriais, às suas ruas, há-de constituir factos decisivos é certo, para um volte-face nos destinos da laboriosa e ridente freguesia.

— A OITAVA PÁGINA

CASAS PARA POBRES

A Conferência Vicentina e o Património dos Pobres, de Figueiró dos Vinhos, têm vindo a empenhar-se na construção de casas para pobres.

Pretendem com o espírito de caridade que os anima, proporcionar um abrigo decente e humano aos desventurados e infelizes que vivem nas condições mais desumanas.

Seria desejável que todos os que vivem nestas condições tivessem a sua casa. Mas no início desta obra serão naturalmente chamados os mais necessitados dessa ajuda.

Ora um empreendimento desta natureza não pode vingar sem o concurso dos mais ricos e até dos menos pobres. As casas para pobres multiplicar-se-ão conforme o contributo de uns e outros.

Dentro em breve vai ter início a construção de um bloco de duas casas. Para esse efeito e com a lúcida compreensão da finalidade dessa obra, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos deliberou ceder gratuitamente 1050 m² de terreno municipal no sítio da Senhora dos Remédios.

Quanto aos fundos em dinheiro existentes para esse efeito, eles totalizam 17.635\$70 com as seguintes proveniências:

Casa de Beneficência de Figueiró dos Vinhos	15.065\$70
Joaquim Rodrigues Dias	70\$00
D. Maria Helena Ferrer	50\$00
Dr. Amândio Cruz	100\$00
José Ferreira	50\$00
Acácio Simões Arinto	100\$00
Raul de Assunção	150\$00
Dr. Seabra Cancela	200\$00
Dr. Crespo Lacerda	100\$00
Guilherme da Costa Luz	50\$00
Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa	100\$00
Joaquim Verdasca Junior	200\$00
David Soares Antunes	50\$00
João Morais Rosa	50\$00
Joaquim Rodrigues Dias	30\$00
Eng. António Motilli Paiva	100\$00
Eugénio Rodrigues Branco	100\$00
Manuel Ideias	100\$00
Dr. ^a Ondina Alves	50\$00
Jorge da Conceição Lopes	50\$00
Carlos Feitor	200\$00
José Ferreira	50\$00
Sezinando da Conceição Loja	520\$00
Outro contributo	100\$00
Total	17.635\$70

Também o Sr. José Gonçalves Ramos, com louvável sentimentos de caridade, fez a oferta de tijolos para uma casa o que representa uma ajuda valiosa. Igualmente o Sr. António C. Lopes, de Tomar, com o seu espírito generoso, oferece sanitas e lavatórios para todas as «casas para pobres» que se construirão nesta freguesia.

Bem hajam pois todos.

Animados com a certeza de que muitos figueiroenses desconhecem este empreendimento de próxima realização, e na convicção de que eles também desejaram prestar o seu contributo para esta obra, aqui vai o apelo para todos.

Quer em dinheiro quer em materiais de construção (madeiras, ferro, cal, cimento, telhas, tintas, ferragens, etc.) quer ainda em mão de obra de pedreiros, carpinteiros, etc., que queiram ajudar os pobres, todos têm a possibilidade de concorrer nesse empreendimento.

A Conferência Vicentina e o Património dos Pobres de Figueiró dos Vinhos contam com todos os figueiroenses. Os donativos ou ofertas podem ser dirigidos à Conferência Feminina de S. Vicente de Paulo, de Figueiró dos Vinhos.

Num dos próximos números deste jornal será publicada a lista dos novos subscritores.

Governador Civil dava fé da sua presença ali, nas nossas almas e nos nossos corações, respondendo «Presente!»

Em seguida, e a convite do Sr. Governador, a Sr.^a D. Arminda Maria Correia Henriques de Frias Fernandes, presidente do Movimento Nacional Feminino, descerrou a lápide. Ouvia-se então um toque de sentido, enquanto o Grupo Coral da Escola Secundária Municipal cantava o hino nacional.

Só depois foi quebrado o silêncio mantido pelos numerosos circunstantes, que exteriorizaram os seus sentimentos de admiração de agradecimento e de saudade para com os seus mortos com uma sentida e respeitosa salva de palmas.

Procedeu-se logo depois a inauguração da E. N. n.º 350, rodovia das mais modernas características, projectada para ligar a povoação de Cabaços (Alvaldeze) a esta vila, e com especial interesse para o nosso concelho, por permitir a ligação com a sede da freguesia de Arega.

Tratando-se do melhoramento de maior envergadura levado a efeito nestes últimos anos, não só pelas aspirações satisfeitas, mas também pelos milhares de contos nele investidos pelo Governo, a sua inauguração, neste dia, que se deve aos esforços enviados nesse sentido pelo Sr. Engenheiro Alberto Zúquete, Director de Estradas de Leiria, foi flagrante de oportunidade e de alto significado.

O Sr. Presidente da Câmara, a solicitação do Sr. Governador Civil, e depois do Sr. Engenheiro Zúquete ter declinado o convite

zar» onde está a ser construído um magnífico e moderno edificio escolar de 4 salas, com cantina anexa para 8 salas. Era ali aguardado por todos os professores primários em serviço nesta vila e pelas crianças das escolas, uma das quais lhe ofereceu um lindo ramo de cravos.

O Sr. Governador percorreu, demoradamente, o edificio cujos trabalhos se encontram em vias de conclusão, tendo manifestado a melhor das impressões desta obra.

Dirigiu-se, depois, para a Escola Secundária Municipal onde inaugurou e detidamente apreciou, uma exposição sobre a actividade municipal exercida durante os quarenta anos da Revolução Nacional.

Este repositório da vida administrativa do concelho, que mereceu as melhores referências a quantos a observaram, deve-se, em parte, aos esforços do Sr. Chefe da Secretaria da Câmara e tepe para nós, além do que em si representou, o mérito de os elementos expostos terem sido executados pelo nosso conterrâneo Sr. José da Conceição Canoa que, a par da sua habilidade nata, caprichou em deixar bem vista a sua terra com centenas de horas de trabalho incansável.

Para ele um aceno de simpatia, com os desejos de que nos possa mostrar o que, no seu sector, ainda pode fazer mais.

A esta iniciativa prestou, também, decisiva e valiosíssima colaboração, o Sr. Dr. Mário Armelin, ilustre professor da Escola Secundária Municipal, com várias alegorias nos pai-





EDITAL

Recenseamento Eleitoral

José Abreu Nunes, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Figueiró dos Vinhos:

FAZ SABER, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 10.º da lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946, com a modificação operada pelo disposto no art. 7.º da Lei n.º 2100, de 29 de Agosto de 1959, que o período para inscrição no recenseamento dos eleitores da ASSEMBLEIA NACIONAL, no ano de 1967, terá início em 2 de Janeiro e terminará em 15 de Março do mesmo ano.

AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 1.º E 2.º DA CITADA LEI N.º 2015:

São eleitores:

1.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português.

2.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados que, embora não saibam ler e escrever, paguem ao Estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre aplicação de capitais.

3.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas:

- a) — Curso geral dos liceus;
- b) — Curso do magistério primário;
- c) — Curso das Escolas Superiores de Belas-Artes;
- d) — Curso do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto.

e) — Curso dos institutos industriais e comerciais;

4.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas nos n.ºs 1.º e 2.º.

Para efeito do disposto neste número, consideram-se chefes de família as mulheres viúvas, divorciadas, judicialmente separadas de pessoas e bens ou solteiras que vivam inteiramente sobre si.

5.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casados, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$00.

A prova de saber ler e escrever faz-se:

a) — Pela exibição de diploma de exame público feito perante a comissão que funcionará na sede da respectiva Junta de Freguesia;

b) — Por requerimento escrito e assinado pelo próprio perante a comissão referida na alínea a), desde que no mesmo requerimento assim seja atestado, com autenticação por meio de selo branco ou a tinta de óleo da Junta de Freguesia.

d) — Pela respectiva declaração nos mapas enviados pelas repartições ou serviços a que se refere o artigo 13.º da citada Lei 2015.

A prova do pagamento referido nos n.ºs 2.º, 4.º e 5.º faz-se:

a) — Pela exibição, perante a comissão de freguesia, dos conhecimentos respectivos, cujos números ficarão anotados no verbete ou processo individual do eleitor.

b) — Pela inclusão no mapa enviado pelo chefe da secção de finanças. Ao marido se levarão em conta os impostos correspondentes aos bens da mulher, posto entre eles não haja comunhão de bens, e aos pais os impostos correspondentes aos bens dos filhos menores a seu cargo.

A prova das habilitações referidas no n.º 3 faz-se:

Pela exibição do diploma de curso, da certidão ou da pública-forma respectiva, perante a comissão a que se refere a alínea a), ou pela declaração respectiva, nos mapas enviados pelas repartições ou serviços mencionados no art. 13.º da citada Lei 2015.

Não podem ser eleitores:

1.º — Os que não estejam em gozo dos seus direitos civis e políticos.

2.º — Os interditos por sentença com trânsito em julgado e os notoriamente reconhecidos como dementes, embora não estejam interditos por sentença.

3.º — Os falidos ou insolventes enquanto não forem reabilitados.

4.º — Os pronunciados definitivamente e os que tiverem sido condenados criminalmente por sentença com trânsito em julgado, enquanto não houver sido expiada a pena e ainda que gozem de liberdade condicional.

5.º — Os indigentes e, especialmente, os que estejam internados em asilos de beneficência.

6.º — Os que tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, por naturalização ou casamento, há menos de 5 anos.

7.º — Os que professem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social.

8.º — Os que notoriamente careçam da idoneidade moral.

Todos os cidadãos com direito a voto poderão requerer a sua inscrição, no recenseamento, ao Presidente da Comissão Recenseadora, por intermédio da Comissão de Freguesia da sua residência. Do requerimento, escrito pelo interessado, ou a seu rogo, no caso de não saber escrever, deverá constar o nome completo, estado, profissão e habilitações literárias, data do nascimento, filiação, naturalidade e residência, com indicação dos requisitos legais que lhe conferem a capacidade do eleitor.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo e publicados nos jornais deste concelho.

Paços do Concelho, 19 de Dezembro de 1966.

O Chefe da Secretaria,

José Abreu Nunes

Vestígios Portugueses no Oriente

Na sala «Portugal» da Sociedade de Geografia terminou há dias a reunião extraordinária da Academia Internacional da Cultura Portuguesa com uma sessão solene a que presidiu, em representação do Chefe do Estado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Naquela sessão, o Cardeal D. José da Costa Nunes apresentou um trabalho sobre «Vestígios Portugueses no Oriente», no qual assinalou ter encontrado, durante o meio século que percorreu em várias direcções o Oriente e Extremo-Oriente, bem vincada a passagem do velho Portugal. E sublinhou: «Vincada na língua, nos usos, nos costumes, na história, na religião, na vida social; vincada em edifícios carcomidos do tempo, em fortalezas desmanteladas, em igrejas levantadas pelos nossos missionários: vincada em tantas tradições douradas de poesia, em tantas recordações conservadas entre esses povos distantes».

Referiu casos dessa presença que viveu na Indonésia, no Camboja e no Japão e, afirmou, a propósito:

«Foi no Oriente que a nossa acção, mormente nos séculos XVI e XVII, deixou vestígios acentuados. Estão a dizê-lo tantas recordações espalhadas por toda a parte, desde o Golfo Pérsico à Índia, da Índia a Ceilão, de Ceilão ao Peru, do Peru a Malaca, de Malaca a Sião, de Sião ao Camboja, do Camboja à Indonésia, à China, ao Japão, às Molucas, às Celebes, a Java, às numerosas ilhas de Pequena Sonda».

Sobre Malaca, mais adiante, disse:

«Muito se tem escrito sobre Malaca, onde trabalham desde 1511 sacerdotes portugueses, ligados ao padroado do Oriente. Se perdemos o domínio político, conservamos o domínio espiritual. Ali ainda se fala a nossa língua, embora adulterada, ainda se reza na nossa língua ainda se prega na nossa língua ainda se observam costumes portugueses, ainda se nota na vida social e doméstica a influência portuguesa».

Observou que o habitante de Malaca se considerou sempre português, que para o efeito é considerado-se católico e afirmou:

«De tudo isto só se pode tirar uma conclusão: o nosso domínio no Oriente conseguiu penetrar na alma do povo e prendê-la à velha Nação que lhe foi levar, com a fé cristã, um sentimento de dignidade humana desconhecido daqueles povos sujeitos ao capricho dos potentados asiáticos».

Portugal, sem preocupações racistas, descendo às baixas camadas populares para as erguer até ela, misturando-se com todas as classes sociais, às quais levou a sua cultura e a religião católica, Portugal, na sua expansão ultramarina, conseguiu o que nenhum povo jamais alcançou: formar homens e captar amigos».

Depois de relatar o que fizemos no passado referiu que, tal qualmente aos séculos XVI e XVII, estamos hoje criando nas almas dos nativos das nossas províncias ultramarinas o mesmo sentimento de admiração e afecto que o andar do tempo há-de intensificar, como se está já a verificar entre as novas gerações daquela terra, que há poucos anos nos foi usurpada. Só nós, até hoje conseguimos criar tais sentimentos entre povos ultramarinos», e referiu: «Uma vez em

Goa aparece-me alguém que lamentava o atraso de Pangim, comparado com a grandeza e desenvolvimento de Bombaim, com os seus milhões de habitantes, as suas indústrias, o seu comércio, os seus arranha-céus, a sua riqueza a sua vida intensa. Respondendo, convidei o meu interlocutor a visitar as aldeias indianas, e depois fosse entrevistar o indiano de pé descalço, geralmente católico, que andava nas ruas de Pangim e procurasse penetrar-lhe na alma, para saber do seu modo de pensar e sentir, da ideia que formava da moral, do dever, da justiça, das relações com os seus semelhantes, etc.. A seguir entrevistasse em Bombaim o homem da rua, geralmente hindu, e fizesse o mesmo inquérito. Notaria então a profunda diferença de nível moral e material entre os dois.

O goês era um homem como nós, vivia no século XX, tinha sentimentos e ideias como os da sua classe, no Ocidente, ao passo que o hindu de Bombaim respirava ainda o ambiente de há mil anos.

Quer dizer nós fizemos homens do nosso tempo, os outros aproveitaram o nativo para fins económicos, mas sob o ponto de vista espiritual deixaram-no ficar imobilizado na sua civilização milenária, a qual, possuindo aliás riquezas de alto valor, não deixa de ser inferior sob muitos aspectos de ordem moral e material. Ora, conclui eu, é muito mais fácil erguer um arranha-céus do que formar um homem. Este leva muitos anos se não séculos a formar. e o arranha-céus levanta-se em pouco tempo. E' esta a característica da nossa civilização».

Salientou, depois, D. José da Costa Nunes, a obra evangelizadora de Portugal, desde a tomada de Ceuta até aos nossos dias, e lembrou: «Daí, a gratidão dos pontífices romanos, para com Portugal».

Mas não é preciso ir aos séculos XV e XVI buscar documentos pontíficos que reconheçam os inegáveis serviços que prestamos à Igreja.

Ainda este ano, no acto solene da entrega da Ordem do Esporão de Ouro a S. Ex.ª o Presidente da República, o Papa Paulo VI, felizmente reinante, declarou no breve da concessão dessa nobilíssima Ordem que «era manifesto como a Nobre Nação Portuguesa tem sido benemérita da Igreja Católica através dos séculos».

Roma é sempre cautelosa, quando fala. A referência de Sua Santidade às nossas beneméritos não é uma mera cortesia, mas o reconhecimento dos serviços que prestamos à Santa Sé, particularmente na Expansão do Evangelho.

Do exposto, podemos concluir que a acção colonizadora de Portugal anda estreitamente ligada ao apostolado missionário. Não nos lançamos em empresas marítimas para traficar e buscar ouro, embora o factor económico não se possa excluir de todo. Metemo-nos à descoberta do mundo desconhecido por motivos religiosos: descobrir terras e vibrar um golpe na Islão, tornando Cristo conhecido.

A nossa estrutura colonizadora assenta, portanto, principalmente, sobre razões de ordem religiosa. Sem as missões andaríamos esquecidos, se odiados dos povos submetidos ao nosso domínio político.

O comércio e o ouro não

conquistam almas, e nós conquistamo-las. Só as ideias de ordem moral e espiritual prendem o coração, e nós prendemo-lo. Só o cristianismo forma homens com uma visão clara de justiça, direito, liberdade, fraternidade, e demais predicados humanos, e nós formamo-los de gente que vivia na ignorância desses princípios.

Em resumo, esqueça-se o aspecto missionário da colonização portuguesa e fica sem explicação a lição que recebi no Oriente, em contacto com os povos por nós evangelizados, lição que procurarei transmitir-vos através dos factos que acabo de narrar».

E, a terminar, disse: «Concluindo, permiti que vos diga: trabalhamos todos com ardor pelo engrandecimento desta Pátria que realizou em oito séculos uma obra imorredoura e tem ainda diante de si muitos séculos para continuar a ganhar louros, que ornem a fronte do Velho Portugal».

Contra nós, têm-se levantado, em nossos dias, graves dificuldades vindas de fora, mas nós, que somos itenazes, esforçados e gente sem medo, nós triunfaremos de todas as campanhas e cobriremos de glória esta Pátria imortal!

Que nosso lema seja o do Homem, que há perto de quarenta anos soltou essas palavras:

«Sei o que quero e sei para onde vou»!

EDIFÍCIO DA CAIXA-GERAL DE DEPÓSITOS

Conforme já tivemos oportunidade de noticiar, encontram-se concluídas as diligências que levaram à aquisição do local onde vai ser erigido o novo edifício da Caixa-Geral de Depósitos nesta vila.

Dado que os velhos casarões que hão-de ser demolidos para implantar o referido edifício, ficam situados na praça José Malhoa e por se encontrarem deshabitados há longos meses apresentam, agora, um aspecto de abandono e ruína que nada dignifica o local mais importante da terra, solicitamos a quem de direito a melhor boa-vontade no sentido de se abreviar as obras do início de tão importante melhoramento.

TRÁGICO DESASTRE DE VIAÇÃO

Quando seguia no seu automóvel por uma estrada da provincia de S. Tomé, devido a causa que ficou por esclarecer, o nosso prezado assinante Sr. Joaquim Gomes Azenha, natural de Arega, acompanhado de sua esposa e do filho mais novo, foi vítima de um lamentável acidente em que todos perderam a vida.

Surpreendidos com a noticia, aqui deixamos expresso o nosso pesar por tão infausto acontecimento.

Dr. Manuel Gonçalves Gameiro

Inesperadamente, e sem que nada o fizesse prever, faleceu no dia 24 de Outubro último, nesta vila, o nosso prezado amigo e Sr. Dr. Manuel Gonçalves Gameiro, médico-veterinário municipal no nosso concelho.

Apenas com 42 anos de idade o bondoso extinto desaparece do nosso convívio, deixando mergulhados em profunda tristeza não só os seus familiares e numerosos amigos, como todos os que tiveram oportunidade de com ele privar.

Natural de Albergaria dos Doze, concelho de Pombal, o Dr. Gonçalves Gameiro iniciou, praticamente, na nossa terra a sua vida pública. Aqui constituiu também o seu lar, espalhou a sua simpatia, criando inúmeras amizades e impondo-se à consideração e estima dos habitantes do concelho, especialmente dos de Figueiró.

Por isso a sua morte foi muito sentida e causou geral consternação.

O féretro foi conduzido numa viatura dos Bombeiros Voluntários de Figueiró, desta vila para o cemitério da sua terra natal, onde ficou sepultado, tendo a acompanhá-lo um cortejo fúnebre em que se incorporaram a Câmara Municipal, funcionários e muitas pessoas de representação, e ocupando mais de meia centena de automóveis.

Apresentamos à família enlutada, particularmente a sua inconsolável esposa Sr.ª D. Zulmira Maria dos Santos Gomes Gameiro, a expressão do nosso sentido pesar por tão infausto acontecimento.

Informações fiscais

Obrigações dos Contribuintes no mês de JANEIRO

Contribuição Industrial De 1 a 10

Apresentação das declarações modelo 5 dos contribuintes tributados pelo grupo C, que tenham iniciado a sua actividade no ano anterior.

Os contribuintes que tiverem iniciado a sua actividade no último trimestre só terão de apresentar as declarações modelo 5 no ano de 1968.

Se as actividades forem exercidas periódica ou interpoladamente a declaração modelo 5 terá de ser renovada todos os anos.

Também terão de ser apresentadas declarações modelo 5 quando houver mudança de estabelecimento ou do domicílio, na falta daquele, alteração do número de pessoas ao serviço da exploração comercial ou industrial, ou do número de máquinas ou veículos e respectivas espécies, aumento ou diminuição, superior a 20% da renda, ou da taxa de ocupação, ou da soma anual dos ordenados e salários.

Até 31

Contribuintes tributados pelo grupo A

Exames a escritas—sorteio

Sorteio de 10% dos contribuintes do Grupo A cujas escritas deverão ser examinadas durante o ano. A data designada para o sorteio será oportunamente anunciada em dois jornais de

(Continua na 6.ª página)

MINERVA CENTRAL

TIPOGRAFIA

MINERVA CENTRAL

Executa com a maxima perfeição todo o género de trabalhos tipográficos. Modicidade de preços.

Telefone 7

Figueiró dos Vinhos

confiança para a construção com

materiais novobra

EM BETÃO PRÉ-ESFORÇADO

pavimentos coberturas vigas de grande vão asnas perfis

SOCIEDADE DE BETÕES INDUSTRIAIS SOBETIL, LDA. ESTRADA DA MARINHA GRANDE TEL. 23768 LEIRIA

Luis Frias Fernandes
Médico

DOENÇAS DAS CRIANÇAS—CLÍNICA GERAL

TELEPHONE 31

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS ALVES
MÉDICA

Doenças da boca e dentes

Consultas 2.^a, 4.^a e sábados das 9 às 12 horas
e 5.^a e sábados das 15 às 18 horas.

Telefone 98

FIGUEIRO DOS VINHOS

Manuel Alves da Piedade
Médico

CLÍNICA GERAL

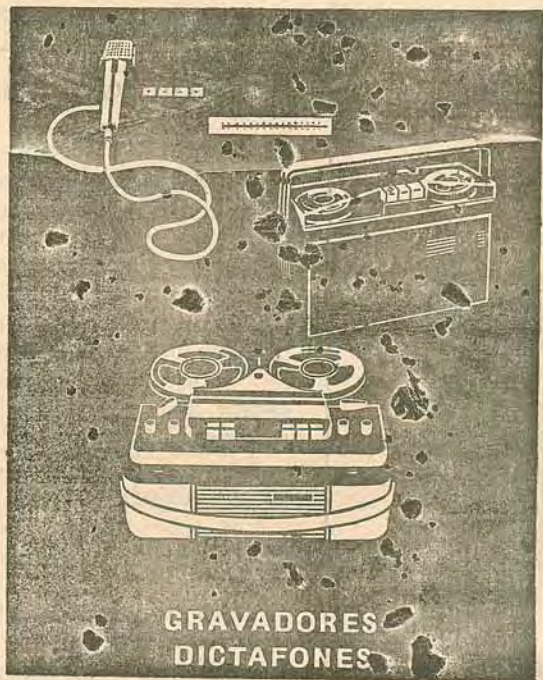
Telefone 98

FIGUEIRO DOS VINHOS



Ourivesaria Lourenço

ELECTROBOMBAS PARA TODOS OS FINS
Agência PHILIPS - SIERA - PONTO AZUL - NATIONAL - BOSCH



GRAVADORES
DICTAFONES

TELEPHONE 105

FIGUEIRO DOS VINHOS

Encarrega-se de todos os consertos em RADIO e TELEVISÃO

COBRANÇAS DIFÍCEIS

trata José Pereira Esteves,
em Lisboa e Província.

Travessa dos Arneiros,
15 /c, Esquerdo — Lisboa-
Penfria, telefone 700491.

Anunciar em «O Nor-
te do Distrito» é fazer
chegar os produtos de
V. Ex.^a a todo o mundo.

SEGUROS

Efectuam-se de Pinhais e
em todos os ramos.

JOAQUIM DE MATOS PINTO
Figueiró dos Vinhos.

Máquina de costura Singer

Cose e borda. Vende-se
por 2200\$00 como nova,
com garantia por 10 anos.
Também vende outras
marcas à escolha do cliente.
Irolinda Nunes Curado—
Figueiró dos Vinhos.

Informações fiscais

grande circulação, um de Lisboa
e outro do Porto.

Contribuição Predial

Declarações de prédios
arrendados

Devem ser apresentadas as
declarações de prédios arrenda-
dos, em duplicado, uma por cada
prédio, quer haja quer não alte-
ração.

Reclamações

Durante o mês de Janeiro po-
dem ser apresentadas reclama-
ções com fundamento em errada
aplicação da percentagem para
despesas de cultura ou conserva-
ção; erro na aplicação na tabela
de encargos; e exagero na atri-
buição do rendimento colectável
quando se trate de matrizes não
cadastrais.

Imposto profissional

Deverão ser apresentadas du-
rante o mês de janeiro as decla-
rações modelo 1, em duplicado,
na repartição de finanças do con-
celho ou bairro da área do domi-
cílio, quando seja no continente
ou ilhas. Não tendo o contri-
buente aí domicílio, mas apenas
escritório, consultório ou estabe-
lecimento a declaração será apre-
sentada na repartição de finanças
da respectiva área. Em todos os
demais casos a entrega far-se-á na
repartição de finanças do 3.º
bairro fiscal de Lisboa.

Na declaração em causa serão
incluídas todas as remunerações
ou rendimentos recebidos ou pos-
tos à disposição do contribuinte
durante o ano findo, quando su-
periores a 18000\$00.

Entidades patronais

Relações modelo 8 do imposto
profissional

As pessoas a quem competir o
pagamento ou entrega de rendi-
mentos ou remunerações e as
que contrataram artistas de teatro,
bailado, cinema, variedades,
rádio, televisão ou circo, terão

Elias Tavares Cravo
MÉDICO-ESPECIALISTA

Doenças dos olhos - Operações

Consultas no Hospital de
Figueiró dos Vinhos, no 1.º
e 3.º sábado de cada mês,
às 9h 30m.

TRILHO Y BLANCO
MÉDICO-ESPECIALISTA

Ouvidos - Nariz - Garganta

Consultas no Hospital de
Figueiró dos Vinhos, nas
1.ª e 3.ª quartas-feiras de
cada mês, às 9h 30m.

PROPRIEDADES VENDEM-SE

— Composta de Pinhais, Eucaliptos e Oliveiras, situa ao Barreiro, ou Vale das Albardas de Baixo. Confronta com a estrada distrital e estrada do Campo da Bola.

Casa de Habitação, ao cimo da Vila, S. Sebastião.

Quem pretender dirigir-se a D. Alzira Paiva Vidigal, Rua Praia da Vitória N.º 20 — LISBOA-1

Atendem-se propostas.

de apresentar relações nominais, em triplicado, das pessoas a quem hajam feito durante o ano de 1969, dedução do imposto nas remunerações ou rendimentos pagos ou atribuídos.

A entrega deverá ser feita na repartição de concelho ou bairro da residência ou sede da entidade responsável pela dedução e entrega do imposto quando a tenha no continente e ilhas. Não tendo aí residência ou sede mas apenas escritório, estabelecimento ou qualquer forma de representação, a entrega será feita na repartição de finanças da respectiva área. Nos demais casos, efectuar-se-á na do 3.º bairro fiscal de Lisboa.

Terão de ser também comunicadas à repartição de finanças do concelho ou bairro da sede as remunerações pagas ou atribuídas aos indivíduos que exerçam durante o ano de 1966 profissões por conta própria sujeita a imposto profissional, por meio de notas, em duplicado, organizadas por concelhos ou bairros e pela ordem alfabética dos contribuintes.

Imposto do selo

Acendeadores e esquiteiros

As licenças para uso ou simples detenção de acendeadores e isqueiros, podem ser renovadas até 15 de Janeiro dentro da tolerância permitida.

Imposto sobre as sucessões e doações

Enquanto durar o litígio judicial que houver motivado a suspensão da liquidação dos processos os contribuintes têm de apresentar nova certidão durante o mês de Janeiro.

Imposto de trânsito

Revalidação dos títulos
de isenção

Os títulos de isenção só são válidos no ano em que são passados, salvo se nos anos seguintes os interessados os apresentarem durante o mês de Janeiro na respectiva repartição de finanças para a sua revalidação.

As licenças de imposto de trânsito têm de ser renovadas durante o mês de Janeiro, período da tolerância concedida.

Pagamentos de contribuições e impostos

Contribuição industrial liquida provisoriamente aos contribuintes dos grupos A e B.

Se a importância do conhecimento exceder 200\$00 será pago duas prestações. A 1.ª em Janeiro e a 2.ª em Julho.

Pagamento da contribuição predial por uma só vez, ou da 1.ª prestação, quando dividida em 2 ou 4 prestações, que não poderão ser inferiores a 100\$00.

Imposto de compensação do 1.º trimestre.

Imposto de circulação.

Imposto de transacções referente ao mês de outubro findo.

Anuidades de imposto sucessório.

SEGUROS

Automóvel, Responsabilidade Civil, Fogo, Acidentes de Trabalho Agrícolas e todos os ramos autorizados por lei.

Irolinda Nunes Curado—
Telefone 34—Figueiró dos Vinhos.

A LEI DE MEIOS PARA 1967

Pelo Governo foi enviada à Câmara Corporativa a Proposta de Lei de meios para 1967, elaborada pelo Ministério das Finanças.

A imprensa deu larga divulgação do extenso e claro diploma, que, começando por analisar pormenorizadamente a economia internacional, através das evoluções das conjunturas na Europa Ocidental e na América do Norte e da cooperação económica e financeira internacional ao longo do ano de 1965, destaca na economia nacional a evolução da conjuntura no continente e ilhas desta forma:

«O produto nacional bruto, ao custo dos factores, cresceu no decurso da execução do II Plano de Fomento à taxa média anual de 6,1 por cento, como se conclui das estimativas revistas das contas nacionais.

Este resultado, mais favorável do que o previsto relativamente à aceleração da cadência de expansão do produto nacional, foi influenciado decisivamente pela recuperação observada a partir de 1962, após relativo afrouxamento no ano anterior.

Em 1965, primeiro ano de execução do Plano Intercalar de Fomento, o crescimento do produto nacional bruto, em termos reais, processou-se à taxa de 7 por cento, idêntica à verificada em 1964 e sensivelmente superior ao valor médio para os países industrializados da Europa Ocidental. Foi assim excedida de modo significativo a previsão formulada para o acréscimo do produto durante o período de execução do Plano (6,1 por cento).

Esta evolução foi determinada pelo prosseguimento da rápida expansão da actividade industrial, acompanhada do incremento da generalidade das actividades do sector terciário e de recuperação na produção agro-pecuária. Continuou assim a realização de um dos objectivos específicos dos planos de fomento — a aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional.

De acordo com estimativas provisórias, é de esperar que o produto nacional continue em 1966 o seu movimento de expansão, mas a taxa inferior à do ano transacto, devido ao comportamento desfavorável da produção do sector primário. Todavia, na maioria dos restantes sectores, o produto formado deve revelar expressiva elevação, nomeadamente nas indústrias transformadoras, electricidade e ainda na actividade comercial.

No terceiro capítulo desenvolve-se, na Proposta de Lei de Autorização das Receitas e Despesas Públicas para 1967, a actividade financeira do Estado e lê-se:

«A política financeira encontra-se subordinada, a partir de 1961, à necessidade de assegurar a integridade nacional. Atento este objectivo prioritário, tornou-se possível ainda prestar amplo apoio ao processo de crescimento económico, que constitui a base indispensável do esforço de defesa. De facto, em consequência da firme orientação definida, tem vindo a reforçar-se o excedente de receitas ordinárias, a fim de ser utilizado na cobertura dos cargos extraordinários, de defesa do Ultramar.

(Continua na 8.ª página)

PEDRÓGÃO GRANDE

Decorreram com brilho as comemorações do 40.º aniversário da Revolução Nacional realizadas nesta Vila

Eram 11 horas e já o Sr. Presidente da Câmara, acompanhado da vereação, Juntas de Freguesia, regedores e muitas pessoas de representação social, aguardavam no limite do concelho, a chegada do Sr. Governador Civil, que, acompanhado dos Srs. Deputados, Presidentes das Câmaras do Distrito, Presidente da Junta Geral, Comandante Militar da G. N. Republicana, se não fez esperar.

Formou-se um cortejo de automóveis que se dirigiu aos Paços do Concelho, onde se organizou uma sessão de boas vindas, presidida pelo Sr. Governador Civil, secretariado pelos Srs. Presidentes das Câmaras, autoridades civis e militares.

O Sr. Presidente da Câmara do nosso concelho, em breves palavras, agradeceu a comparência das referidas entidades e pôs em foco as obras de maior relevância, levadas a cabo nestes últimos anos, que ficam a atestar indelevelmente a pujança duma Época e a grandeza duma Raça.

Seguiu-se-lhe no uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Silvério, ilustre Director da Escola do Magistério Primário de Leiria — orador oficial — que, depois de saudar o Sr. Governador Civil e todos os presentes, dissertou, com grande cópia de elementos, sobre as novas directivas do Estado Novo, pondo em destaque o timoneiro máximo da Nação — Sr. Doutor Oliveira Salazar — imprimindo ao seu discurso, duma pura vernaculidade, a firmeza de expressão que empolga e arrebatou os corações bem intencionados.

Fez uma resenha detalhada das obras, de carácter material e cultural que vêm sendo realizadas, nos últimos dez anos pelo Governo da Nação, que só os cegos e os verânicos não querem ver e reconhecer, quando afinal elas estão bem patentes, bem à vista, constituindo marcos imorredouros, onde se alicerça a fé nacionalista que retempera a vida da Nação.

É sempre com brilho e sólida argumentação foi desdobrando com clareza a inúmera série de melhoramentos que o Governo da Nação promoveu e disseminou pelo País fora até mesmo às aldeias mais recônditas e esquecidas nas pregas da Montanha, e que, por isso mesmo, se não cansam de agradecer o carinho que o Governo lhe dispensa, colocando a Nação num pé de igualdade que nos surpreende e encanta.

Falou em seguida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de O'bitos que, num feliz improviso enalteceu com sinceridade os dotes morais e o trato administrativo do Sr. Governador Civil e o acrisolado bom senso que lhe é peculiar que lhe têm permitido realizar uma obra de larga projecção político-administrativa, que bem merece ser posta em relevo na primeira oportunidade, pois essas qualidades de bem-servir não estão esquecidas nos nossos corações.

Falou ainda o Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Leiria, que, pelo facto de ser neste dia o último das comemorações do 40.º aniversário da Revolução neste Distrito, se permitia ler uma proposta apresentada à Câmara da sua Presidência, em que, em virtude dos inúmeros e relevantes serviços prestados pelo Sr. Governador Civil nos vários sectores da Vida Nacional, propunha que por todas as Câmaras do Distrito lhe fosse imposta a Medalha de Ouro de Bons Serviços, no oitavo aniversário da sua posse, proposta que foi recebida com sentido agrado, por todos os presidentes, e coroada com uma vibrante salva de palmas.

Finalmente o Sr. Governador Civil tomou a palavra, para numa linguagem de fino recorte literário, referenciar todos os oradores antecedentes, pondo em relevo a acção destacada de cada um, que ele vinha acompanhando com o mais acrisolado carinho, com mira no engrandecimento do seu Distrito, que dirigiu com justificado aprezamento, na medida em que lhe era prestada a mais sensata e necessária colaboração.

Que se sentia bem neste rincão beirão do norte do Distrito, de recantos paisagísticos de sugestivo encanto que nos prendem e seduzem, sem esquecer as características monumentais de alguns edifícios e algumas casas solares, como a do Sr. Angelo Pereira, ilustre vice-presidente da Câmara, cujas portas sua Ex.ª franquearia tão cordial e hospitaleiramente, que nos deixam profundamente cativados.

Pôs em evidência as obras levadas a efeito nas últimas décadas, obras essas que já não podem ser olvidadas ou minimizadas, por que elas aí estão bem à vista, quer nos sectores rodoviário e portuário, quer no sector industrial, onde se nota um avanço de ritmo excepcional, quer ainda no desenvolvimento da Marinha Mercante e da Guerra e no equipamento e dignificação do nosso Exército, etc., etc.. E causa justificada admiração que o Governo altamente asoberbado com a guerra traiçoeira de terrorismo no nosso Ultramar, ainda possa realizar obras duma projecção tão destacante como a Ponte Salazar, que constitui indubitavelmente a cúpula de todas as outras obras realizadas e em vias de realização.

Encerrada a sessão Sua Ex.ª e comitiva e centenas de pessoas dirigiram-se à Casa do Povo, onde está patente ao público uma Exposição, de requintado sentido estético, com indícios esquemáticos bem expressivos e dezenas de fotografias das principais obras realizadas no nosso concelho: Escolas, fontenários, pontes e calçadas, etc..

Pinda esta visita, que deixou maravilhado o Sr. Governador Civil, procedeu este, no Largo da Devesa, à inauguração dum singelo mas sugestivo Padrão em honra dos Heróis do Ultramar, tendo, a propósito deste acto, a Sr.ª Professora D. Irma das Dores Martins, proferido algumas palavras dum sentido cunho emocional, referindo-se aos Heróis de antanho, estabelecendo um paralelo com a bravura indomitável dos nossos soldados de hoje, que com tanto élan se vêm batendo no nosso Ultramar, na defesa da Unidade Nacional.

De seguida o Sr. Governador Civil e os numerosos convidados, dirigiram-se ao Solar do Sr. Angelo Pereira, que ofereceu um

suculento e abundante almoço, de requintada apresentação e confecção, que decorreu numa atmosfera de verdadeira fraternidade e comunicativa alegria.

Ao toast falaram diversos oradores, que puzeram em destaque as excelsas qualidades do nosso mui simpático Governador que sabe organizar, orientar e estimar todos os seus colaboradores, mantendo com os Presidentes dos Municípios, uma interligação, com jeitos de equipa, de que resulta uma destacada produtividade.

No final do almoço o Sr. Governador agradeceu o acolhimento principesco do Sr. Angelo Pereira, a sua gentileza, pondo em evidência a sua bondade e simpatia e o seu comprovado dinamismo e bem conhecida superactividade. Nesta altura foi-lhes tributada uma calorosa salva de palmas.

O Sr. Governador e demais entidades, dirigiram-se à povoação de Escadões do Meio, que se encontrava festivamente engalanada, onde se realizou uma curta sessão, porque o tempo urgia, tendo falado em nome da Liga dos Melhoramentos, o Sr. Coutinho, que depois de agradecer a comparência das Ex.ªs Autoridades, expôs as demarchas, os trabalhos e cansaças dispendidas para se obterem os melhoramentos que a Ex.ª Câmara ali efectivou: as calçadas e a ponte obras de reconhecida utilidade, que vierem satisfazer uma velha aspiração daquela localidade.

Finalmente as entidades em referência deslocaram-se à Derreada povoação pequena e modesta em si, mas grande, mesmo muito grande pelo sentimento bairrista que anima os seus habitantes, a avaliarmos, com justeza, a grandeza, e o valor dos melhoramentos que o Sr. Governador ali ia inaugurar: a cabine de electricidade, as calçadas e os fontenários duma aliciente beleza, estes dois últimos custeados pela Comissão de Melhoramentos local.

Estão, pois, de parabéns a Derreada e os principais promotores dos seus melhoramentos os Srs. Artur Simões Caetano e família Marques e outros cujos nomes nos não ocorrem, pela actividade que vêm dispendendo em prol da sua terra, traduzida nos melhoramentos referidos, que representam um grande passo no caminho da civilização. O Sr. Simões Caetano ofereceu no seu Chalé um beberete a todos os circunstantes, que decorreu num ambiente de sa e fraternal alegria.

Falaram, pondo em destaque o bairrismo dos seus habitantes, os Srs. Dr. Manuel Silvério, e presidentes das Câmaras de Castanheira de Pera e de Pombal, cujos improvisos prenderam a numerosa assistência por largo tempo, tendo o Sr. Presidente da Câmara de Pombal, feito uma síntese histórica de certo relevo, para numa alegoria feliz estabelecer um paralelo do Passado, cheio de exemplos frutificantes, com o Presente, numa preparação para o Futuro, de que não se podia alhear o insigne Homem de Estado, Sr. Dr. Oliveira Salazar, que a Nação tanto venera e a História jamais esquecerá, pois já ultrapassou os seus umbrais há muito.

No final desta inesquecível jornada regionalista de puro e são nacionalismo, mais uma vez o Sr. Angelo Pereira, impondo a sua hospitalidade com a maior lhanza, cumulou todos os convidados com um «Uisque» de requintado paladar, ou não fora Sua Ex.ª o proprietário do «Negresco» e do «Montes Claros».

Foi nesta altura que tivemos oportunidade de admirar, num dos salões, as crianças das Escolas da Vila, às quais o Sr. Angelo Pereira se dignou oferecer um lauto lanche. E era vê-las no salão nobre despreocupadas, alegres e risonhas, com a garrulice própria das suas idades, que muito nos sensibilizou, pois são aqueles jovens os futuros homens de amanhã, que mais carecem do carinho de nós todos.

Falecimento

Na Quinta dos Padrões, onde vinha residindo após a sua aposentação, faleceu repentinamente vitimado por uma síncope cardíaca, o Sr. Professor aposentado Marcelo Fernandes Baptista, de 68 anos de idade, casado, natural de Dornelas do Zêzere — Pampilhosa.

Curso a Escola Normal Primária de Castelo Branco, com destacado aproveitamento por onde se diplomou com honrosa classificação.

De seguida exerceu o magistério primário sucessivamente em Cabril, Amoreira Cimeira, Castro Daire, Vila Franca de Xira, e Pedrógão Grande. No penúltimo concelho acumulou as funções de Delegado Escolar.

Foi durante a sua longa permanência, nesta Vila, que tivemos a oportunidade de contactar assiduamente com o Senhor Professor Marcelo, de uma simpatia aliciente, sempre com boa disposição, que, quer no exercício do seu munus, onde marcou com distinção os seus vastos recursos de profissional do Ensino, quer no convívio pessoal, onde em cada conhecido, com quem mais de perto convivia, sabia subrepticamente cimentar sólidas amizades, a sua vida era um modelo de virtudes, de subido quilate, digno de ser seguido.

A sua morte ocorrida tão abruptamente, causou nesta Vila

a mais profunda consternação, pois graças ao seu porte impecável e ao seu bondoso coração, conquistara um amigo em cada pedreguense.

O seu funeral foi bastante concorrido constituindo uma manifestação bem expressiva da consideração e simpatia que gozava na sua freguesia e região.

A viúva, Senhora D. Anzília de Jesus Barata Salgueiro e a seus filhos, Srs., Artur Marcelo Salgueiro Baptista, Marcelo Salgueiro Baptista, industriais em Niterói — Brasil, D. Maria Aida Salgueiro Baptista, residente em Lisboa, Alcides Marcelo Salgueiro Baptista, residente em Padrões e Antonino Marcelo Salgueiro Baptista, digno funcionário de finanças, neste concelho, apresentamos as nossas sentidas condolências.

Bodo aos pobres

No dia 3 do corrente deslocaram-se a esta Vila alguns membros da Direcção da Casa de Pedrógão Grande, em Lisboa, que se faziam acompanhar de alguns sócios daquela agremiação regionalista, afim de, à maneira dos anos anteriores, proceder à distribuição dum bodo aos pobres mais necessitados do concelho.

A distribuição foi feita na sala das sessões da Santa Casa da Misericórdia e a ela presidiu o Sr. Joaquim Roldão da Comissão assistencial privativa da Casa de

Pedrógão Grande, acompanhado do Sr. P.º José Ferreira, António Epifânio da Silva Martins, António Simões, da Santa Casa da Misericórdia e outras pessoas de destaque da Vila, cujos nomes nos não ocorrem.

O bodo distribuído era composto de variada mercearia e dum cobertor de lã, o que encheu de contentamento todos os beneficiados.

Continua assim a Casa de Pedrógão Grande, integrada no seu meritório papel beneficiante, não esquecendo, nesta quadra festiva do Natal, os pobres para quem todos os dias são de fome.

Na pessoa, pois, do dinâmico e simpático membro da Comissão de Beneficência privativa da Casa de Pedrógão Grande, Senhor Joaquim Roldão, saudamos e felicitamos a «Casa» pelo seu gesto de benemerência.

Abastecimento de Águas

Lavra grande contentamento entre os habitantes de Vila Facaia, Moleiros e Pé da Lomba, por motivo dos trabalhos que a Junta de Freguesia, em comparticipação com a Câmara Municipal, agora traz em curso para a substituição dos tubos da luzalite, dentro da povoação, que se encontravam deteriorados, acusando ultimamente ruturas frequentes de difícil reparação. A nova canalização é de 60mm de luzalite e destina-se também ao abastecimento domiciliário, como o já vinha sendo há longos anos.

Pensa-se em explorar novas rusurgências de água, com o fim de aumentar o caudal actualmente existente, fornecido pelas minas do «Vale da Reixa», e «Vale da Borra», que nos anos de seca são insuficientes.

C.

Alugam-se

Duas moradas, com 4 casas, varanda e casa de banho no prédio do antigo Café Avenida, na Rua Major Neutel de Abreu (próximo da Shell), um dos melhores locais desta vila.

Quem pretender dirija-se ao seu proprietário

JOAQUIM DA SILVA

VENDEM-SE

Casa de habitação com rés-do-chão, primeiro e segundo andares, sótão e cave, na Rua Dr. António José de Almeida, desta vila, aonde se encontra instalado o quartel da G. N. R.; e

Casa de habitação com lojas, primeiro e segundo andares, na Travessa da Fonte, desta mesma vila.

Informa o Sr. Acúrcio Portela — Figueiró dos Vinhos.

Senhores Agricultores: Vendem-se Oliveiras de Viveiro

Tratar com José da Conceição Napoleão ao fundo da vila — Figueiró dos Vinhos

Assine este JOURNAL

DIA DO CONCELHO

Tem, pois, plena justificação o alvoroço que vimos encontrar em Aguda pouco antes de se iniciarem as cerimónias inaugurais de electrificação da sua sede e de grande número de povoações limítrofes.

Ao longo das ruas, profusamente engalanadas, corriam gamiarras esperando o momento culminante, e muitos se entregavam à azáfama de dar os últimos retoques nas ornamentações das janelas de suas casas.

Começaram agora a ouvir para os lados das Alfombras o bater de morteiros. Apressadamente para ali nos dirigimos e ainda a tempo de assistir à chegada do Sr. Governador Civil e restantes autoridades, que o acompanhavam.

Foram recebidos em Alfombras de cima, junto da cabine eléctrica, no meio do maior entusiasmo ouvindo ali presentes todos os elementos da Junta de Freguesia e muito povo.

Em seguida o Rev.º Padre José Inácio, pároco da Freguesia, procedeu à bênção da cabine, depois do que o Sr. Presidente da Câmara cortou a fita simbólica, convidando o Sr. Presidente da Junta a accionar o manipulo da ligação da corrente.

A luz brilhou, então, por todas as povoações circunvizinhas e foi saudada com indescritíveis manifestações de regozijo.

Terminada esta cerimónia, e a caminho de Aguda, foi inaugurado pelo Sr. Governador Civil no lugar do Casal do Castanheiro um marco fontenário, considerando-se inaugurados, também, outros fontenários (cerca de 40) recentemente construídos em diversas povoações do concelho.

O cortejo em breve alcançou a sede da freguesia de Aguda onde ao Sr. Governador Civil foi prestada calorosa recepção e recebeu os cumprimentos das autoridades locais e das pessoas de maior representação da paróquia.

Numa tribuna armada em frente da cabine tomaram lugar o Sr. Governador Civil e as entidades da sua comitiva.

Entretanto já o Rev.º Padre José Inácio tinha procedido à cerimónia da bênção do posto de transformação inaugurado, com o corte da fita, pelo Sr. António Jorge Pais, Secretário da Junta, dignando-se o Sr. Governador Civil fazer a ligação da corrente.

Seguidamente o presidente da Junta de Freguesia de Aguda, Sr. António Simões da Silva, proferiu as seguintes palavras:

Ex.mo Senhor Governador Civil.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara.

Excelentíssimas Autoridades.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Fu quero dizer apenas algumas simples palavras neste dia tão feliz!

Aguda está em festa. Chegou finalmente o grande dia!

O que até há bem poucos anos parecia um sonho, é hoje a presente realidade: — a inauguração da luz eléctrica na sede desta freguesia, dos importantes lugares das Alfombras e ainda de outras povoações circunvizinhas.

Grande obra, sem dúvida, para um meio rural como o nosso, constituído de gente humilde do campo, gente or-

deira que labuta dia a dia.

Desde agora, esta ridente freguesia de vastos horizontes, de qualquer ponto que a vejamos, encontrar-se-á plenamente referenciada na escuridão da noite, rasgando as trevas que a esconderam noites sem fim, e felizmente já não dará motivo às suas vizinhas, mais afortunadas na electrificação, de somente se orlharem com a sorte que, alguns anos antes, as bafejou.

Para os desesperados, para aqueles que haviam perdido a esperança, para os que já não acreditavam que esta terra viesse a possuir algum dia este melhoramento, sobre tudo para esses, ela aí está, patente, a brilhar, a dar-nos a certeza da sua presença! Veio atrazada? Não veio tão depressa como nós todos ansiávamos? Sim. Mas veio, embora tarde! — e é o que importa de momento — graças a todos os que trabalharam para esse fim.

Para a execução deste grande melhoramento, com que foi dotada esta freguesia, para que ele deixasse de ser apenas uma coisa inacreditável, muito se esforçou o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, homem de rara energia, que desde que tomou conta do nosso Município nunca descurou tal assunto, nunca descansou um momento enquanto o não viu «um caso arrumado».

Mas a sua grande actividade não parou ainda aqui. Ela estendeu-se às povoações mais distantes da nossa freguesia, com caminhos reparados, com as suas fontes renovadas, com a ampliação do cemitério paroquial, etc., etc... Tudo aí está a atestar o seu dinamismo, a sua força de vontade de levar aos meios rurais um pouco de conforto, com alguns melhoramentos mais indispensáveis ao bem-estar das populações.

Quer isto dizer que está tudo feito? Não; não está: há ainda algumas coisas que reclamam a intervenção da digna Câmara e se apresentam de urgente necessidade, ou sejam a reparação do ramal que serve a sede da nossa freguesia e que dia a dia se torna cada vez mais intransitável; o calcetamento do largo do pelourinho e das duas principais ruas desta vila, que durante a quadra invernal se transformam em verdadeiros lamaçais. — Estamos certos que Sua Excelência não deixará ficar no esquecimento estes assuntos que reclamam a maior urgência possível.

Intrepretando o sentimento da freguesia, eu formulo sinceros votos que sua Excelência

José Coelho

Em visita a seus familiares, encontra-se entre nós, este nosso prezado assinante, que vem permanecendo na Alemanha no exercício da sua profissão.

Cumprimentamo-lo, e desejamos-lhe uma repousante estadia

FERNANDO SANT'ANA
RETRATOS
TODOS OS TRABALHOS
FOTOGRAFICOS

Rua Dr. José António Pimenta
FIGUEIRÓ DOS VINHOS

continue ainda por muitos anos à frente dos destinos do nosso querido concelho, afim de poder concluir a sua magnífica obra, colocando-o ao nível dos concelhos mais florescentes do nosso Distrito.

Falando em nome da Junta de Freguesia que tenho a honra de representar, venho agradecer, muito penhoradamente, na pessoa do seu muito digno Presidente, à Excelentíssima Câmara do nosso concelho, por tudo quanto tem feito para o bem-estar desta comunidade paroquial, e bem assim a todas as entidades que, directa ou indirectamente, contribuíram para que esta cerimónia se se pudesse realizar, finalmente, neste dia de hoje, na presença de todos nós aqui reunidos em leal confraternização, — comemorando a inauguração da luz eléctrica.

Para terminar, eu quero agradecer muito especialmente, a sua Excelência o Senhor Governador Civil, e em nome desta Junta que represento, a sua presença neste acto, solicitando-lhe muito respeitosa e o favor de transmitir ao nosso Governo, — que está sempre atento às necessidades mais urgências das nossas aldeias, apesar das dificuldades que enfrentamos no nosso ultramar, — o mais vivo e profundo reconhecimento de toda a freguesia, pelos benefícios recebidos.

E, ainda, finalmente, vão também os meus sinceros agradecimentos para todas V. V. Excelências que nos acompanham aqui nesta demonstração de intensa alegria, neste dia que ficará inolvidável na história desta freguesia, dia que — como este — ela nunca viveu no decorrer da sua longa existência!

Viva o Excelentíssimo Governador Civil!

Viva o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara!

NASCIMENTOS

Está em festa o lar do nosso prezado amigo e assinante, Sr. Delmar Domingos de Carvalho, zeloso aspirante de finanças em Vila Nova de Ourém, por motivo de sua esposa Sr.ª D. Maria Amélia Medeiros de Carvalho, professora do ensino primário oficial, ter dado à luz, no dia 5 de Novembro último, um robusto menino.

As nossas felicitações pelo alegre acontecimento, com os desejos das maiores venturas para o recém-nascido.

Também a esposa do Sr. Virgílio do Carmo Rodrigues, nosso assinante e conceituado comerciante nesta vila, Sr.ª D. Maria Fernandes Simões Campos Rodrigues, teve a sua hora feliz enriquecendo o seu lar, no dia 21 de Setembro próximo passado, com a chegada do pequenito António José.

Os nossos parabéns.

No passado dia 8 de Novembro, nesta vila, a Sr.ª D. Maria Isabel Soares Nunes, dedicada esposa do nosso estimado assinante Sr. João de Jesus Nunes, dinâmico caixeiro-viajante, deu à luz um interessante menino.

Parabéns para os afortunados pais e as maiores felicidades para o pequenito.

Vivam as Excelentíssimas Autoridades presentes!

Viva Salazar!

Viva Portugal!

O Sr. Presidente da Junta foi ouvido com muito agrado por todos os presentes, como se concluiu pelas ovações recebidas no final das suas palavras.

Desempenhou-se cabalmente da missão que lhe estava designada como representante dos habitantes da freguesia.

Seguidamente o Secretário da Junta, Sr. António Jorge Pais, com o irrequietismo que lhe é peculiar, leu e sentiu, admiravelmente, o seu rendilhado discurso começando por saudar os presentes e na pessoa do Sr. Governador Civil, o Governo da Nação.

E depois de agradecer a presença em Aguda de todas as ilustres autoridades, referindo-se à importante obra de electrificação, que estava a ser inaugurada, disse a certa altura:

... vem V.ª Ex.ª Sr. Governador Civil, oferecer pela primeira vez a esta freguesia a honra e o prazer de tão respeitável presença, de que nos orgulhamos, ainda mais, por esta visita coincidir com uma das mais belas e encaudadoras quadras do ano — a

Quadra do Natal. E esta visita, Sr. Governador, faz-me recordar os presentes que os grandes, desse tempo, levaram ao Presépio. Essa recordação se retrata na vinda de V.ª Ex.ª a esta terra para oferecer a este bom povo o presente por que há tantos anos ambicionava: a electrificação.

E depois de passar em revista a situação angustiosa em que o Mundo se debate e o momento crítico que o nosso País atravessa para fazer face à guerra que nos movem em África, manifestou a certeza que a orientação do Governo sob a chefia de Salazar nos há-de conduzir à vitória e ao regresso da era de paz em que temos vivido.

— A NONA PAGINA

Justa promoção

Foi recentemente promovida a Coronel do nosso Exército o estimado amigo e ilustre conterrâneo Sr. Tenente-Coronel José Herdade Telhada.

Felicitamo-lo pela justa promoção com que foi distinguido e desejamos-lhe a continuação da carreira que, por mérito próprio, tornou fecunda e brilhante.

A LEI DE MEIOS

Este comportamento deve-se, quer aos critérios selectivos observados no domínio das despesas ordinárias — sem prejuízo da satisfação das necessidades administrativas crescentes —, quer à própria expansão da cadência acelerada da economia nacional, e portanto, da matéria colectável, que proporcionou a elevação das receitas ordinárias, sem agravamento da carga tributária. Aliás tem-se procurado ainda afectar, na medida do possível parte das receitas fiscais para cobrir investimentos públicos de menor reprodutividade, reservando os recursos internos e externos para os empreendimentos com mais decisiva influência na aceleração do processo de crescimento económico.

No quarto capítulo — A resposta de lei de autorização para 1967 —, em matéria de estímulos gerais ao desenvolvimento económico do País enunciam-se algumas das grandes directivas propostas no estudo e em curso e a adoptar eventualmente depois de ponderada reflexão sobre o problema:

a) Visar-se-á uma maior diversificação regional dos estímulos ao desenvolvimento económico, procurando reduzir as profundas diferenças que existem entre os rendimentos regionais das várias parcelas do território do Continente e Ilhas. O meio fiscal destinado a tal fim consistirá não só em conceder estímulos — aliás em grande parte já existentes — a empresas que vão laborar em regiões rurais economicamente desfavorecidas, como em deixar de atribuir idênticos benefícios às que, pretendendo usufruir de economias externas de localização, vão agravar sensivelmente as referidas disparidades de rendimento e de emprego que tanto preocupam o Governo.

b) Relativamente ao investimento, além de novos estímulos que possam ser criados, tendentes a suscitar uma maior expansão de materiais metropolitanos

no Ultramar, encarar-se-á a possibilidade de regulamentação fiscal do crédito ao investimento, a revisão de execução dos artigos 42.º e 44.º do Código da Contribuição Industrial em ordem a fomentar mais intensamente o auto-financiamento, a participação de empresas no capital de outras empresas e a criação de instituições capazes de dinamizarem os mercados financeiros; e procurar-se-á também fomentar o investimento na melhoria das condições técnicas e culturais da mão-de-obra, não só através de maiores deduções de lucros, como por meio de uma mobilização fiscal suplementar que vise tal objectivo.

c) No referente à agricultura, e dado o seu aspecto conjuntural, terá de procurar evitar-se a redução, salvo em casos extremos, dos benefícios legais existentes. Formam eles, na verdade, um vasto complexo e tornam possível a sua ampliação não automática a empreendimentos meritórios, embora não se creia, neste ponto, na acção decisiva da política fiscal para melhorar o progresso da estrutura agrícola e das correspondentes estruturas sociais. Parceria até, numa perspectiva puramente financeira, que os benefícios tributários deveriam ser substituídos por uma política de financiamento mais maleável e fiscalizadora do mérito das situações e empreendimentos beneficiados. Mas tal alteração, talvez necessária a uma eficaz política agrícola, depende de uma reforma dos métodos e da própria organização dos serviços, e ainda da estrutura que venha a ser consagrada, nas programações económicas, como a mais recomendável para se dar realização à pluralidade dos seus aspectos.

Não se duvida de que essa política inspirará a elaboração e execução do III Plano de Fomento. Mas não dispensa ela também a reforma dos estímulos fiscais aos sectores agrícolas reputados e estratégicos e nomeadamente

(Continua na 9.ª página)

A LEI DE MEIOS

AFONSO LACERDA

DIA DO CONCELHO

damente à expansão das culturas e métodos de exploração; ao fomento de unidades de conveniente dimensão económica; ao desenvolvimento pecuário; à horticulatura e pomiculatura; e ainda à primeira transformação de produtos agrícolas ou silvícolas, com reflexos na rentabilidade das explorações e no progresso da agricultura em geral.

d) No que se refere às actividades com revelância na obtenção de receitas turísticas, encara-se conferir maior maleabilidade ao regime de concessão dos benefícios existentes, em harmonia com princípios gerais da remodelação das isenções fiscais com objectivo económico.

e) Na esfera da habitação — parece impor-se a revisão geral do regime de benefícios fiscais com vista à resolução genérica do problema da habitação, favorecendo especialmente o ciclo de construção de habitações com carácter de economicidade. E' também aconselhável um estudo de conjunto do problema, a fim de se definir uma política global e de favores tributários, capaz de solucionar a breve prazo as deficiências quantitativas e qualificativas da estrutura habitacional.

f) Em matéria de ensino e investigação, o sistema de estímulos tributários revela-se como susceptíveis de ampliação e comporta múltiplas modalidades, a estudar em conjunto com o Ministério da Educação Nacional para valorização do capital humano, intensificação das actividades culturais e progresso científico do País.

Os estudos efectuados no Mi-

Fomos há meses surpreendidos pela desagradável notícia de que Afonso Lacerda, nosso querido amigo e ilustre conterrâneo, dinâmico e inteligente Secretário-Geral da Federação Portuguesa de Futebol vinha sendo atacado de doença grave, que só intervenção cirúrgica melindrosíssima poderia vencer.

Soubemos, depois, que o Bom-Amigo partira apressadamente para América onde, efectivamente, foi operado mas com o melhor êxito.

Regressou há dias ao carinho do seu lar e ao convívio dos inúmeros amigos liberto dos seus padecimentos e no caminho dum restabelecimento tão animador, que nos chega, agora, a boa-nova de poder retomar o exercício das suas importantes funções, dentro de breves dias.

«O Norte do Distrito», onde Afonso Lacerda se encontra ligado por laços familiares e conta com as mais firmes amizades, congratula-se vivamente com o facto e formula ardentes votos pelas suas melhoras.

LEIA E DIVULGUE ESTE JORNAL

nistério das Finanças abrem largos horizontes nesta matéria e asseguram eficiente impulso ao desenvolvimento da investigação, à formação e aperfeiçoamento de técnicos e instalação de escolas que garantam um mais fácil acesso ao ensino e à sua indispensável difusão.

Ao terminar as suas palavras foi largamente ovacionado por todos os presentes.

Tomou, depois a palavra o Sr. Presidente da Câmara, que disse:

As palavras que acabei de ouvir, não constituem para mim qualquer novidade, por que eu sei de fonte certa e segura como esta gente que vive nas cercanias de Aguda é grata e é sincera e é leal.

Por isso eu estou também, por a minha parte, muito agradecido pelas palavras simpáticas que me dirigiram e que eu reputo imerecidas. Devo-lvo-as, eu endosso-as a quem com maior razão, com maior fundamento a elas tem jus — ao Sr. Governador Civil.

Eu tinha de vir hoje a Aguda houvesse o que houvesse, nem que estivesse retido no leito. Uma maca tinha de me trazer aqui.

E' que eu tinha uma promessa a cumprir. A minha palavra estava dada. A promessa está cumprida. Estou satisfeito por ter contribuído para vos ter dado este melhoramento, por que há muito anseáveis.

Também é certo que nessa palavra eu teria de dizer aqueles que em qualquer momento chegaram a descer que a fé, que a confiança, que aquilo que nós de mais sagrado temos e que confiamos nos homens tinha de se cumprir.

O Governo tinha de vos dar este melhoramento, como vai dá-lo de seguida e gradativamente às demais povoações do concelho. Todas têm o mesmo direito.

Mas é que este projecto, este, o de Almofaias e o de Aldeia de Ana de Avis, dormiam na Direc-

ção-Geral há uns longos anos.

Foi o meu ilustre antecessor Dr. Alves Morgado, aqui presente, quem teve a feliz ideia de iniciar, de procurar resolver o vosso problema, foi ele que fez ou mandou fazer por outrém este projecto e os projectos a que me referi. Por isso, ele compartilha também nesta vossa alegria, que é a minha alegria.

Efectivamente, se não foi possível no seu tempo executar-se a obra é porque razões de carácter imperioso a isso impediram. No entanto, a sua boa-vontade foi sempre bem evidenciada e a ele é devido, como disse, o vosso agradecimento mais do que a mim.

Eu recordo, Senhor Governador Civil, que no acto da minha posse, vai para seis anos, V. Ex.^a dentro dos problemas que me pôs creio que me pôs como problema número um, o da electrificação do concelho e o da electrificação de Aguda.

E' certo que já nessa altura belicoso rapaz — o Sr. Secretário da Junta — e tantos outros escreviam para os jornais, protestavam — os protestos chegavam até Vossa Ex.^a — e Vossa Ex.^a ao dar-me posse, atribuiu-me, encarregou-me de desempenhar esta missão.

Entrego-lhe, Sr. Governador, cumprindo os seus designios, entrego-lhe para que V. Ex.^a dê conta ao governo da Nação a electrificação de Aguda e os melhoramentos que acabam de ser inaugurados.

Voltou o Sr. Presidente da Câmara a ser distinguido com manifestações de entusiasmo dos habitantes da freguesia no final do seu discurso.

Encerrou esta cerimónia o Sr. Governador Civil, agradecendo as palavras que todos os oradores lhe tinham endereçado e, também as que, na sua pessoa, dirigiram ao Governo da Nação.

Depois de se referir à importância do melhoramento inaugurado na freguesia de Aguda — a sua electrificação, manifestou a esperança que outros se lhe hão-de seguir para o bem-estar dos seus habitantes.

Concluiu formulando votos de prosperidades para todos os

Estradas das Cabeças

Realiza-se no próximo dia 26 do Corrente, a praça para adjudicação da empreitada de construção do caminho municipal que, da ponte de Arega, dará, acesso ao lugar de Cabeças.

Melhoramento de incalculável valor para os habitantes da laboriosa povoação ele vem satisfazer uma velha aspiração por que há muito se debatem.

Cabeças está, por isso, de parabéns.

agudenses.

Ao cair da tarde, e por iniciativa da Junta de Freguesia, foi oferecida uma merenda ao Sr. Governador e à sua comitiva que decorreu no melhor ambiente, e durante a qual alguns oradores tiveram oportunidade de agradecer a maneira fidalga e amiga como foram recebidos em Aguda.

Era noite — brilhavam já em Aguda e povoações circunvizinhas, centenas de lâmpadas — espalhando essa luz há tantos anos ansiosamente esperada, quando os ilustres visitantes começaram a retirar.

Estava a findar esta brilhante jornada, que, por aquilo que representou não só ao nível da freguesia mas também do próprio concelho, constituiu apoteose à altura das Comemorações Concelhias do Aniversário da Revolução Nacional.

As Comemorações em Castanheira de Pera

No passado dia 11, tiveram lugar em Castanheira de Pera, as Comemorações do Aniversário da Revolução Nacional. A elas presidiu o Sr. Governador Civil de Leiria, com a presença das entidades distritais e concelhias mais representativas.

As cerimónias iniciaram-se com uma sessão solene na Câmara Municipal em que usaram da palavra além do seu Presidente, para prestar homenagem a todos os que concorreram para a valorização do concelho e expor o seu programa de acção no futuro, o Deputado da Nação Sr. Dr. Aníbal Dias Correia que proferiu uma brilhante oração salientando os factos que conduziram ao movimento do «28 de Maio» e o desenvolvimento alcançado em todos os sectores do País com a política seguida desde então até hoje.

Seguiu-se a inauguração do novo quartel dos Bombeiros Voluntários, obra a todos os títulos notável e que reúne todas as condições necessárias ao fim a que se destina.

Foram inaugurados ainda outros melhoramentos designadamente a electrificação de algumas povoações.

As comemorações tiveram o seu epílogo com a significativa e merecida homenagem prestada ao Sr. Dr. Ernesto Marreca David, que durante longos anos esteve à frente dos destinos do Município castanheirense, onde produziu obra de vulto. Em reconhecimento desse impulso decisivo no progresso concelhio foi dado o seu nome a uma das principais ruas da vila.

RECAUCHUTAGEM SEM MOLDE PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E UNICO EM PORTUGAL

Srs. Agricultores:
Srs. Tractoristas:
Srs. Empreiteiros:

FINALMENTE EM PORTUGAL A FORMIDÁVEL RECAUCHUTAGEM SEM MOLDE PARA PNEUS DE TRACTOR, MOTOSCRAPERS, MOTONIVELADORAS MOTOCULTIVADORES, ETC.

MAIS HORAS DE SERVIÇO GARANTIDAS

RECAUCHUTAGEM SONOMA
FIGUEIRÓ DOS VINHOS
TELEFONES 102 E 179

UMA ORGANIZAÇÃO AO SERVIÇO DA ECONOMIA DO PAÍS

TRACTOR

MOTOCULTIVADORES
MÁQUINAS DE
ENGENHARIA CIVIL
REBOQUES-CAMIÃO

EXPERIMENTE
UMA
RECONSTRUÇÃO
DOS SEUS
PNEUS A SÉRIO

RECAUCHUTAGEM E RECHAPAGEM

EM PNEUS DE CAMIÃO
E DE AUTOMÓVEL
DE TODAS AS MEDIDAS
QUE SE FABRICAM
NO MUNDO

A ÚNICA
RECAUCHUTAGEM
DO PAÍS
QUE POSSUE A TÉCNICA
E AS MÁQUINAS
PARA RECHAPAR
PNEUS METÁLICOS

O MELHOR PÃO-DE-LÓ É O DA

CONFEITARIA Santa Luzia

DE A. C. Campos

TELEFONE 122

FIGUEIRO DOS VINHOS

DR. DOMINGOS DUARTE

No declinar do dia 27 de Novembro último, esgotados todos os recursos da medicina para o salvar, faleceu nesta vila o Sr. Dr. Domingos Duarte, médico municipal e subdelegado de saúde neste concelho.

Dizer do que em vida foi o médico, durante quase um quarto de século, espalhando, na sua modestia proverbial, por todo o concelho e regiões circunvizinhas os mais distintos serviços profissionais, seria repisar, mas com menos valor, o que há muito estava arreigado no espírito de todos; aureolá-lo como homem — lídimo cidadão e chefe de família exemplar — pondo em destaque a excelsas qualidades que ornavam a sua personalidade, era quase beliscar a sua memória, porque sempre viveu na penumbra do valor que lhe reconheciam e que ele próprio sempre quis ignorar.

Deter-nos-emos, então, na saudade que entre os seus familiares, os amigos, entre tanta gente por quem prodigalizou os maiores cuidados e atenções, o seu passamento deixou e as vicissitudes humanas e do tempo não conseguiram apagar tão cedo.

O Dr. Domingos Duarte era natural de Vilarinho, concelho da Lousã e contava 55 anos de idade, tendo-se licenciado em Maio de 1941 em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, com elevada classificação.

Logo após a sua formatura radicou-se em Figueiró, sendo nomeado, no ano seguinte, médico privativo da Casa do Povo desta vila e louvado pelos bons serviços prestados aos associados deste organismo Corporativo.

IGREJA MATRIZ

DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Obras de Reparação

A Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos está presentemente carecida de obras de restauro. Desde o soalho esburacado até ao tecto que tem o vigamento quase apodrecido, tudo precisa de ser substituído.

Obra de grande monta, orçada em 800 contos, constituirá mais uma pedra branca no progresso de Figueiró dos Vinhos e, dignificando esta Casa de Deus, dignificará quantos para ela contribuírem com os seus donativos.

O Estado contribue para essas obras com metade do seu custo, isto é, com 400 contos na condição de a outra metade ser angariada pela freguesia. Haverá quem deixe perder ou caducar essa contribuição valiosa do Estado?

Por esta circular pretende-se, pois, dar o conhecimento da urgente necessidade dessas obras e a solicitar o apoio generoso e firme dos que, de algum modo, estão ligados a Figueiró dos Vinhos ou têm a responsabilidade no seu progresso e engrandecimento.

Esperando que ninguém faltará à chamada com a generosidade do seu óbulo, podendo as contribuições ser enviadas ao Pároco de Figueiró dos Vinhos, a todos pedimos licença para registar nas colunas dos jornais desta vila a campanha das subscrições com o nosso reconhecido agradecimento.

Visado pela Comissão de Censura

Neste cargo se manteve até 1946, ano em que tomou posse do de médico municipal do 1.º Partido deste concelho exercendo também, cumulativamente, as funções de subdelegado de saúde.

Iniciou, assim, a sua carreira profissional e pública na nossa terra e a ela ligou, ainda, pelo casamento e nascimento de seus filhos, os seus mais puros afectos. E, por isso, seu filho pelo coração, e daqueles que a amaram e prestigiaram.

O seu funeral, que no dia seguinte se realizou para o cemitério desta vila, constituiu uma impressionante manifestação de pesar e foi, também, uma derradeira homenagem aos méritos de que era possuído. Nele se incorporaram, a Câmara Municipal com o estandarte do Município, deputações de todas as colectividades locais, pessoas da maior representação desta vila e de outras localidades do País, e muito povo.

O ataúde, envolto na bandeira do Concelho, foi conduzido aos ombros de um piquete dos Bombeiros Voluntários até à Igreja Matriz onde foi rezada missa de corpo presente.

A toda a família enlutada, e em especial, a sua viúva Sr.ª D. Maria Isolinda da Conceição Barreiros Duarte e a seus filhos Maria Vicentina, Domingos Manuel, Isolinda Maria, e José Manuel Barreiros Duarte, apresenta «O Norte do Distrito» as suas mais sentidas condolências.

Intendência de Pecuária de LEIRIA

Nota Oficial

Tendo constado nesta Intendência de Pecuária que, sem prévia autorização destes Serviços e contrariando o determinado no n.º 10.º do Edital mandado publicar em 25 de Março do corrente ano de 1966, foi feito o repovoamento de poeiras onde, no ano de 1965, houve casos de Peste Suína Africana, lembra-se que, semelhante procedimento, é punível nos termos do Decreto-Lei n.º 39 209, de 14 de Maio de 1953, por constituir gravíssima infracção sanitária, impeditiva do eficiente combate à terrível zoonose que tem estado a grassar no efectivo porcino deste distrito.

Lembra-se, também, que a falta de declaração, ao Médico Veterinário Municipal do concelho a que pertenciam, ou a esta Intendência, de qualquer caso, mesmo suspeito, da doença, quer pelos donos ou possuidores dos animais, quer pelos médicos veterinários que os tenham observado, por constituir falta de cumprimento ao determinado nos Artigos 1.º e 2.º do supracitado Decreto-Lei, consequentemente infracção sanitária, será, nos termos do mesmo, rigorosamente punida.

Aguarda-se, pois, o exacto cumprimento das citadas determinações, para, na medida do possível, se conseguir a extinção da epizootia.

Intendência de Pecuária de Leiria, em 7 de Dezembro de 1966.

O Intendente de Pecuária, Eduardo Gomes Calado

Encomende à Tipografia deste jornal os impressos de que necessite.

Ficará bem servido.

Comemorações do 40.º Aniversário da Revolução Nacional

No passado dia 10, Sua Ex.ª o Senhor Governador Civil de Leiria presidiu à inauguração de diversos melhoramentos levados a efeito no concelho de Ansião, integrados nas comemorações do 40.º Aniversário da Revolução Nacional.

Associaram-se a esta comemoração o Ex.º Senhor Dr. Vítor Faveiro, a maior parte dos Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito, os Presidentes da Junta Distrital, da Comissão Distrital da União Nacional, o Comandante Militar de Leiria, o deputado Dr. Ernesto Lacerda, o Director de Urbanização do Distrito, o Comandante do Regimento de Infantaria 7, o Comandante da P. S. P. de Leiria, o Comandante da Secção da G. N. R. em Pombal, o Director Escolar do Distrito, o Presidente do Gremio da Lavoura de Ansião, o Presidente da Liga dos Bombeiros Voluntários, alguns Parocos do concelho, muitas Senhoras, os Presidentes das Juntas das freguesias e varias individualidades de relevo do concelho.

Os visitantes foram recebidos à entrada da vila, pela Corporação dos Bombeiros, pela Banda local e por muito povo.

As 11 horas, no salão nobre da Câmara Municipal realizou-se uma sessão solene, onde o Sr. Dr. Vítor Faveiro fez uma importante conferência, dissertando sobre os caminhos a seguir para atingir uma melhoria integral do homem numa dimensão regional. Sua Ex.ª foi entusiasticamente aplaudido, após e leitura do seu valioso trabalho. Encerrou a sessão o Ex.º Governador Civil, com um eloquente discurso.

Seguiu-se um almoço no salão de festas da nova sede dos B. V., o qual decorreu num ambiente autenticamente familiar, onde discursaram vários oradores.

CONFERENCIA VICENTINA

A Conferência Feminina de S. Vicente de Paulo promove nos dias 4, 5 e 6 de Janeiro próximo um Retiro aberto para todas as senhoras da freguesia.

Esse Retiro constará duma série de conferências proferidas pelo Rev. Dr. José da Graça Antunes e terá lugar num salão da Casa da Criança desta vila.

A noite e nas datas referidas haverá também algumas conferências destinadas a homens, admitindo-se o colóquio com os assistentes.

Não há convites, pelo que todas as pessoas interessadas poderão a elas assistir.

Basílio Ribeiro Moutinho

Acaba de ser transferido para Castanheira de Pera, onde vai ocupar o lugar de Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana, o nosso prezado amigo e assinante Sr. Basílio Ribeiro Moutinho.

Conhecedores da competência e zelo com que tem desempenhado aquelas funções, auguramos-lhe na vizinha vila as maiores felicidades e a compreensão e colaboração dos Castanheteiros.

Iluminação da vila

Está bastante adelantada a obra de remodelação do sistema de iluminação desta vila.

Algumas ruas, designadamente a rua principal, já estão a beneficiar de luz profusa e clara de novos candeeiros que, além de mais, dão à vila, especialmente à noite, um aspecto cidadão.

clima de saudável austeridade cristã! E quantas outras, ao invés, ainda que desprovidas de tudo o que é conforto e bem estar físico, abraçariam, se pudessem, toda a riqueza do mundo! Quando muito, portanto, os pobres apenas terão a vantagem de não possuírem bens a desviar-lhes a atenção da conquista da felicidade eterna para a obtenção de uma felicidade meramente temporal e illusória. Por isso Cristo disse que é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha que um rico entrar no Reino dos Céus.

Mas Jesus não quis de forma alguma estabelecer uma barreira entre os ricos e os pobres e muito menos sancionar a tremenda desigualdade que se regista no mundo entre os que tudo possuem e aqueles que nada têm, situação essa que, se por momentos nos dá a sensação de se ir esbatendo aos poucos, em outras vezes radica-nos na convicção de que se acentua irremediavelmente. Pelo contrário, em toda a sua vida pública, Ele lutou para que entre os homens reinasse a concórdia, o amor, a caridade, a paz, para que todos tenham um mínimo de dignidade no seu viver e assim, libertos de obsessivas preocupações materiais, possam glorificar a Deus, preparando a vida do Além.

Nem só de pão vive o homem, é certo; mas vive também de pão. Não se pode pregar a estômagos vazios. E há muitos que passam todos os dias a nosso lado e não têm pão para matar a fome a si e aos seus. Para com esses, continuamos a proceder como o sacerdote e o levita da parábola evangélica: passaram de largo. A esses continuamos a fechar-se as portas que conduzem ao banquete da vida. Para eles continua vedado o acesso aos bens materiais, como para a Família Sagrada se serraram as portas das pensões porque estavam cheias. Como os estalajadeiros de Belém da Judéia, continuamos com o nosso coração fechado para nossos irmãos, esquecidos de que eles têm direito tanto como nós, ao usufruto dos bens que Deus pôs, copiosamente, à nossa disposição e de que nós fez meros administradores. Para tantos e tantos irmãos nossos, outros Cristos, continua a não haver lugar...

E porquê? Por falta de fé e de caridade. Porque enrolados sobre nós mesmos na guardiosa de alguns bens que a fartura hoje traz e amanhã leva, não temos olhos para ver nos outros criaturas criadas à imagem e semelhança de Deus e que no julgamento final, perante o Juiz infalível, hão-de ser os nossos advogados de acusação, por não termos sabido fazê-los advogados da nossa defesa.

Aproveitemos este Natal, tempo especialmente propício a actos de amor e caridade, para abrimos mais generosamente os nossos corações às necessidades dos nossos semelhantes, preocupando-nos por que até eles chegue o calor da nossa amizade, o pão que mata a fome, o remédio que suaviza a dor, o vestido que aquece o corpo e a ternura que conforta no desalento.

CARITAS

Não tinham lugar...

Sucedeu, porém, que, enquanto lá estavam (em Belém), se completaram os dias de Maria dar à luz. E deu à luz o seu filho primogénito; envolveu-o em faixas e deitou-o num presépio, porque para eles não havia lugar nas estalagens.

E' assim, nestes termos, singelos e por isso mesmo mais interessantes, que S. Lucas nos descreve o nascimento do Salvador. E mais adiante, no seguimento da narração, dá-nos o Evangelista o quadro dos pastores adorando o Menino, extasiados ante aquele olhar profundo e inefável que mais tarde haveria de arrastar atrás de si as multidões, desvendando, numa linguagem jamais houvída, os segredos de um Reino, do qual só poderão participar aqueles que, como Ele se tornarem humildes criancinhas. E é igualmente significativo que, muito antes da chegada dos reis magos, que de longes terras demandavam a Judéia para, despidendo-se da sua opulência, reverenciarem Aquela cuja estrela avistaram nos céus do Oriente, seja a gente humilde dos campos que, ao chamamento dos Anjos, acorre pressurosa a reconhecer e a adorar a divindade de Jesus. Não foi acaso, não; já no berço Cristo queria mostrar aos homens, primeiro com a humildade do seu nascimento e depois com a simplicidade das pessoas que logo o viram, que ao banquete para o qual Seu Pai nos convida a todos só poderão ter acesso os que se vestirem com o traje da pobreza evangélica.

Mas esta pobreza, este despreendimento das coisas terrenas, nada tem a ver com a carência de bens materiais. Quantas pessoas felizmente há que, possuindo embora muitos bens terrenos, vivem alheias a tudo isso e num